



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**INFLUÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NO INVESTIMENTO NA
ECONOMIA ANGOLANA: UMA ANÁLISE NA PERSPETIVA
DA GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO**

Alberto Francisco Martins Panguila

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professora Doutora Alcina Maria de Almeida Rodrigues Nunes

Bragança, agosto de 2022.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**INFLUÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NO INVESTIMENTO NA
ECONOMIA ANGOLANA: ANÁLISE NA PERSPETIVA DA
GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO**

Alberto Francisco Martins Panguila

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professora Doutora Alcina Maria de Almeida Rodrigues Nunes

Bragança, agosto de 2022.

Resumo

Durante os últimos anos, a economia de Angola tem passado por momentos de instabilidades devido à variação das *commodity*. Alguns dos principais indicadores macroeconómico como PIB, taxa de câmbio, investimentos e reservas internacionais são severamente afetados pelo facto de ser um país dependente da exportação de petróleo. De referir que a taxa de câmbio e o investimento (quer público quer privado) são indicadores essenciais para o crescimento da economia. Assim, para alcançar o objetivo de perceber se existe uma relação entre a taxa de câmbio e o investimento público e privado em Angola, numa perspetiva da gestão do investimento público, foi usada uma base de dados disponibilizada publicamente no portal do Banco Mundial “World Bank Data” e pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, para os anos económicos de 2008 a 2019. Com os dados recolhidos foi possível a aplicação de modelos econométricos de regressão linear estocástico, para explicar como as variações registadas na taxa de câmbio afetam algumas das variáveis macroeconómicas mais relevantes na economia angolana, em particular o investimento público realizado na economia. Os resultados do estudo, dos modelos desenvolvidos permitem concluir que existe uma relação entre a taxa de câmbio e o investimento público e privado em Angola. Se a depreciação da moeda afeta a despesa pública (quer geral quer total) de forma negativa, também afeta negativamente o investimento líquido em ativos não financeiros (investimento público) e o IDE. Apresenta, no entanto, um efeito residual positivo no ambiente empresarial com o aumento do registo de empresas na economia.

Palavras-chave: Taxa de câmbio, Crescimento económico, Gestão do investimento público, Angola, Modelo OLS.

Abstract

During the last few years, Angola's economy has experienced moments of instability due to the variation in commodities. Some of the leading macroeconomic indicators such as GDP, exchange rate, investments and international reserves are severely affected by the fact that Angola is dependent on oil exports. It should be noted that the exchange rate and investment (both public and private) are essential indicators of the economy's growth. Thus, to achieve the objective of understanding whether there is a relationship between the exchange rate and public and private investment in Angola, from the perspective of public investment management, was used a database made publicly available on the World Bank portal "World Bank Data" and by the National Institute of Statistics of Angola, for the economic years of 2008 to 2019. With the data collected, it was possible to apply stochastic linear regression econometric models to explain how exchange rate variations affect some of the most relevant macroeconomic variables in the Angolan economy, particularly public investment in the economy. The results of the study allow concluding that there is a relationship between the exchange rate and public and private investment in Angola. If the depreciation of the currency affects public expenditure (both general and total) negatively, it also negatively affects net investment in non-financial assets (public investment) and FDI. It does, however, have a positive residual effect on the business environment with an increase in company registration in the economy.

Keywords: Exchange rate, Economic growth, Public investment management, Angola, OLS model.

Agradecimentos

Antes de tudo agradeço a Jeová, por me ter dado essa dádiva de vida, sabedoria, força e fé.

Agradeço à orientadora desta dissertação, a Professora Doutora Alcina Maria de Almeida Rodrigues Nunes, pela instrução, ensinamentos, tempo disponível e pela paciência.

À minha família, especialmente ao João Martins Panguila (meu pai) e Henriqueta Quipinga Panguila (minha mãe), por toda a instrução, educação, amor e por depositarem em mim uma plena confiança, aos meus irmãos Kassinda Panguila e Acácio Quipinga pelo carinho.

A todos os docentes, colegas, amigos e conhecidos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que essa etapa seja concluída.

Grato a todos e por apreciar a existência e observar o mundo

Lista Siglas e Acrónimos

BIS – Bank for International Settlements

CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral

CNE – Comissão Eleitoral Nacional

DNOE – Direção Nacional do Orçamento do Estado

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEA – Instituto Nacional das Estradas de Angola (INEA)

MOE UE – Missão de Observação Eleitoral da União Europeia

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OLS – *Ordinary Least Squares*

OGE – Orçamento Geral do Estado

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PPP – Parceria Público-Privada

PPP – Parcerias Público-Privadas

PSR - Partido da Renovação Social

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SIPIP– Sistema Informatizado para o Programa de Investimento Público

SNCP– Serviço Nacional da Contratação Pública

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

USD – Dólar Americano

Índice Geral

Índice Geral	v
Índice de Figuras	vii
Índice de Tabelas	viii
Introdução	1
1. Revisão da Literatura	4
1.1 Enquadramento macroeconómico	4
1.1.1 Os conceitos económicos de taxa de câmbio e investimento	4
1.1.2 Investimento privado, público e Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	5
1.1.3 Relação entre taxa de câmbio e investimento	7
1.2 A economia angolana: enquadramento político, social e económico	9
1.2.1 Evolução política e social	9
1.2.2 Evolução da taxa de câmbio (moeda local)	11
1.2.3 Ambiente de negócios	13
1.2.4 Mercado informal	16
1.3 Gestão do investimento público em Angola	18
1.3.1 Investimento público: evolução e gestão	18
1.3.2 Investimento em energia, água e saneamento	20
1.3.3 Investimento em vias de comunicação	21
1.3.4 Investimento em educação e saúde	22
1.3.5 Investimento em petróleo e gás	24
1.4 Impactos dos investimentos públicos no meio empresarial	24
2. Metodologia	26
2.1 Objetivo	26
2.2 Base de dados e variáveis	27
2.3 Modelos estatísticos de análise de dados	29
3. Resultados: análise e discussão	31
3.1 Análise descritiva das variáveis em estudo	31
3.2 Resultados da estimação OLS	38
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação	45

Referências Bibliográficas48

Índice de Figuras

Figura 1: Evolução da taxa de câmbio ao incerto do Kwanza em relação ao dólar americano.....12

Índice de Tabelas

Tabela 1: Classificação da economia angolana nos principais indicadores do Doing Business em 2020.	14
Tabela 2: Medidas para melhorar o ambiente de negócios e atrair investidores estrangeiros.	15
Tabela 3: Resumo das principais atividades na economia informal em Angola	17
Tabela 4: Identificação e descrição das variáveis em estudo	28
Tabela 5: Série temporal dos valores para as variáveis em estudo e respetivas taxas de crescimento anuais e taxa de crescimento médio anual	32
Tabela 6: Distribuição estatística dos valores das variáveis em estudo no período em análise.....	34
Tabela 7: Correlação de Pearson entre as variáveis em estudo	36
Tabela 8: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no PIB per capita	38
Tabela 9: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no PIB medido em paridade do poder de compra	39
Tabela 10: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no Investimento líquido em ativos não financeiros (investimento público).....	40
Tabela 11: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no número de empresas registadas em Angola	41
Tabela 12: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio nas reservas totais da economia angolana.....	41
Tabela 13. Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio na despesa geral de consumo final do governo	42
Tabela 14: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio na despesa total da economia angolana.....	43
Tabela 15: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no Investimento Direto Estrangeiro	44

Introdução

A economia angolana tem passado por momentos de instabilidade consequência de diferentes ciclos económicos. A evolução dos principais indicadores macroeconómicos, nos últimos anos, permite constatar o agravamento dessa tendência. Sendo um país dependente da exportação de petróleo, indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), taxa de câmbio, investimentos e reservas internacionais são severamente afetados pela variação desta *commodity*. O défice de infraestruturas em Angola é um impedimento para o crescimento económico, desencorajando o investimento privado. No entanto, o governo angolano tem enfrentado uma tarefa árdua de reconstrução e expansão das suas infraestruturas físicas fortemente danificadas pela guerra civil. Para além disto, tem sido necessário preparar uma alavanca para o crescimento e desenvolvimento económico. Ao longo dos últimos anos, tem-se criado reformas que visam criar, melhorar o ambiente de negócios e atrair investidores estrangeiros ao país. Sayeh (2016) previu um crescimento desacelerado pela oferta limitada de divisas, restrições cambiais e menor gasto público. Como os preços internacionais do petróleo caíram significativamente, as receitas cambiais tornaram-se mais limitadas com o kwanza a enfrentar uma grande depreciação.

Não há convergência na literatura sobre a influência da variação da taxa de câmbio nos investimentos. Para alguns, apresenta resultados negativos (Bahmani-Oskooee & Hajilee, 2013; Edo & Kanwanye, 2020), especialmente quando as economias apresentam um ambiente político e económico instável (Edo & Kanwanye, 2020) e positivos para países com ambiente estável (Edo & Kanwanye, 2020; Bahmani-Oskooee & Hajilee, 2013). Ora, investir é a condição necessária para o crescimento e desenvolvimento económico.

Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo perceber se existe uma relação entre a taxa de câmbio e o investimento público e privado de Angola, numa perspetiva da gestão do investimento público. Para alcançar o objetivo proposto será utilizada uma base de dados criada a partir dos dados que se encontram disponíveis ao público pelo Banco Mundial “World Bank Data” e pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola para os anos económicos de 2008 a 2019.

No sentido de dar resposta ao objetivo do presente trabalho de investigação, utilizou-se como suporte bibliográfico literatura sobre a temática e a disponibilidade relativa à informação estatística para alguns dos indicadores referidos nessa literatura. A componente empírica aplica indicadores de estatística descritiva de forma a perceber a evolução dos indicadores selecionados e adota o modelo do método dos mínimos quadrados (conhecido como modelo OLS da designação inglesa *Ordinary Least Squares*) para estimar modelos lineares estocásticos que permitam perceber como a evolução da taxa de câmbio tem afetado o investimento privado e público e o próprio crescimento da economia angolana. A estimação dos modelos recorreu ao software estatístico Gretl e à ferramenta Excel do Microsoft Office.

A presente dissertação está estruturada em quatro secções. Na primeira secção é realizada e apresentada uma revisão bibliográfica relativa à temática aqui objeto de estudo. Deste modo, foi realizado um enquadramento teórico sobre os conceitos de taxa de câmbio e investimento e sobre a relação entre taxa de câmbio e investimento. Para a economia angolana é apresentado um enquadramento do ambiente político, social e económico e ainda do seu ambiente de negócios, do mercado informal e da gestão dos investimentos públicos de Angola. Por último, apresenta-se o impacto dos investimentos públicos no meio empresarial.

Na segunda secção abordou-se a metodologia do estudo. Apresentam-se os objetivos, a base de dados e indicadores que darão resposta aos objetivos assim como se apresentam os métodos estatísticos de análise. Em particular apresenta-se uma breve explicação do modelo econométrico de regressão linear utilizado – o modelo OLS. De salientar que, para uma economia emergente, como a economia de Angola, não existem muitos dados estatísticos fiáveis e disponíveis o que causa algumas limitações á análise estatística que se pode realizar.

Na terceira secção, apresentam-se os resultados do estudo empírico que explicam como as variáveis selecionadas evoluíram no período em estudo e como a taxa de câmbio tem afetado variáveis de investimento, essencialmente do investimento público, e, desta forma, o próprio crescimento económico da economia. Os resultados são analisados com base na literatura disponível para outras economias, já que a escassez de estudos sobre a economia angolana não

permite a comparabilidade dos resultados dentro da própria economia. Por último, apresentam-se as principais conclusões, limitações e algumas linhas de investigação futuras.

1. Revisão da Literatura

1.1 Enquadramento macroeconómico

1.1.1 Os conceitos económicos de taxa de câmbio e investimento

Segundo o Banco Mundial (World Bank, 2020b) a taxa de câmbio é a relação entre o dólar e a unidade monetária local, “ela é determinada pelas autoridades nacionais ou pelo mercado de câmbio legal numa relação entre a oferta e a procura”. Na mesma linha de pensamento Moura (2014, p. 16) refere que “a taxa de câmbio é entendida pela quantidade da moeda nacional necessária para adquirir uma unidade de moeda estrangeira”. Gadanecz e Mehrotra (2013, p. 12) afirmam que “as taxas de câmbio são preços-chave na economia já que o seu nível e flexibilidade têm implicações na alocação de recursos e no crescimento económico”. Moura (2014, p. 8) vai além das implicações, e considera que “a taxa de câmbio tem capacidade de provocar efeitos sobre vários aspetos da

economia, tais como: (i) o crescimento económico; (ii) as transações correntes de um país; (iii) a política monetária, e, (iv) as decisões empresarias”.

Segundo Muhammad et al. (2018), a flutuação da taxa de câmbio e a sua volatilidade tornaram-se uma questão atual entre os formuladores de políticas e os estudantes. As taxas de câmbio são, normalmente, categorizadas como flutuantes ou fixas (Bank for International Settlements [BIS], 2003; Frieden, 2015).

Uma taxa de câmbio fixa é aquela em que o valor de uma moeda em relação a outra é mantido constante pela intervenção do governo no mercado de câmbio. Na perspectiva de Gadanecz e Mehrotra (2013), um regime de taxa de câmbio fixa reduz os riscos cambiais de curto prazo, incentivando o investimento estrangeiro em dívida em moeda local. Segundo o BIS (2003, p. 122) o argumento geral a favor de “uma taxa de câmbio fixa é que ela pode servir como uma âncora nominal contra a inflação se a taxa de câmbio for fixada em relação à moeda de um país com inflação relativamente baixa”. De acordo com o BIS (2003), uma taxa de câmbio flutuante é aquela em que o valor da moeda em relação a outra é determinado pela procura e oferta no mercado de câmbio. Apesar de ser determinada pelo mercado não significa que as autoridades não estejam preocupadas com o nível da taxa de câmbio. Gadanecz e Mehrotra (2013) afirmam que a flexibilidade da taxa de câmbio pode afetar o crescimento económico de longo prazo se tiver um impacto no crescimento da produtividade.

1.1.2 Investimento privado, público e Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

O investimento consiste na aplicação de recursos em bens que proporcionam benefícios em períodos futuros (Nunes & Júlio, 2010). O termo investimento pode englobar uma série de atividades. Estas podem ter origem pública, privada ou uma fusão das duas. Por exemplo as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP) consistem na cooperação entre o setor público e setor privado para provisão de uma infraestrutura. Segundo Rocha (2008) quando se fala de investimento tem de se falar de todos os tipos de que esta categoria macroeconómica se reveste - investimento em capital físico, capital humano, em capital ambiental e em capital social. Wiafe et al. (2015) referem que o papel do investimento é muito crucial para o crescimento e desenvolvimento económico. Os autores defendem ainda que o setor privado contribui de forma mais significativa para o crescimento económico do que o setor público. Já Pereira (2013, p. 16) considera que o “investimento em infraestruturas, quer do ponto de vista conceptual quer em termos da evidência empírica, é de grande importância para o desempenho económico do país”. O autor alerta para a circunstância de nem todos os investimentos em infraestruturas terem a mesma relevância para a economia embora todos tenham em comum o facto de serem catalisadores de emprego.

Diante do acima exposto os investimentos públicos, nota-se que têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas e não só apenas o lucro financeiro. Segundo Correia et al. (2018) por investimento público entende-se o investimento em infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias, em produção de energia, transporte e sua distribuição, em infraestruturas básicas de

água e saneamento, em infraestrutura de comunicação e telecomunicações e em equipamentos de saúde, educação, desporto, investigação e desenvolvimento (I&D). Pereira (2013, p. 20) afirma que estas infraestruturas são consideradas bens públicos, muitas outras vezes monopólios naturais, e apresentam sempre externalidades positivas¹ para os particulares e empresas. Constituem investimento em capital fixo. Assim, o investimento em capital fixo pode ser considerado um dos principais elementos na determinação do produto, emprego e rendimento da economia de um país, pois promove o aumento da capacidade produtiva e a expansão do nível de atividade (Luporini & Alves, 2010, p. 450). De acordo com o World Bank (2013) uma baixa taxa de investimento deve ser uma preocupação de longo prazo em termos de crescimento e desenvolvimento económico. Ora, nos países em desenvolvimento há uma escassez de capital para investimento (Omankhanlen, 2011).

Os governos focam-se no investimento, especialmente no Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (Omankhanlen, 2011), já que é considerado pelos decisores de política como um dos fatores mais importantes para a competitividade de um país (Nunes & Júlio, 2010). Segundo Santos (2017) o IDE surge, muitas vezes, relacionado com a transferência de riqueza e conhecimento de um país para outro, estimulando assim o crescimento nos países de acolhimento. De acordo com Peters et al. (2017) o IDE é o investimento feito por uma empresa ou entidade com sede num país, numa empresa ou entidade com sede noutro país. As entidades que fazem investimentos diretos normalmente têm um grau significativo de influência e controlo sobre a empresa na qual o investimento é feito. Santos (2017, p. 6) associa o conceito de IDE “às empresas estrangeiras ou a investidores estrangeiros de um determinado país, que procuram criar ou tomar posse de uma filial num determinado país estrangeiro”. Anteriormente já Omankhanlen (2011) sustentava que a definição de IDE havia sido ampliada para incluir a aquisição de uma participação de gestão duradoura numa empresa ou empreendimento fora do país de origem do investidor.

Ora, Duce e o Banco de España (2003) definiam um investidor direto como um indivíduo ou uma empresa privada ou pública (constituída ou não), um governo, um grupo de indivíduos relacionados ou um grupo de empresas relacionadas que tenham uma empresa de investimento direto, operando em um país que não seja o país de residência do investidor direto. Segundo Santos (2017) o IDE envolve a transferências de ativos e produtos intermédios por parte do país de origem para o país de destino. Sendo assim, estão incluídos no IDE, a tecnologia e a experiência de gestão e de marketing de capital o que gera um impacto na capacidade produtiva e impulsiona o crescimento económico do país hospedeiro dos recursos (Omankhanlen, 2011; Ogum et al., 2012).

Face ao exposto é importante examinar quais as condições necessárias que facilitam a entrada de IDE numa determinada economia e que permitem o investimento prosperar. Entre estas condições encontram-se fatores económicos, políticos, sociais e legais (Ogum et al., 2012) sendo que Santos

¹ Uma externalidade positiva é um benefício associado com a produção ou consumo de bens e serviço que é captado por um agente económico, benefício esse que, contudo, o agente em causa não tem de pagar e para o qual o seu fornecedor não é, portanto, devidamente compensado” (Pereira, 2013, p. 22).

(2017) considera que os mercados e as instituições são transmissores de informação sobre o ambiente económico.

1.1.3 Relação entre taxa de câmbio e investimento

De acordo com Yusoff e Nulambeh (2016) variáveis como investimento e taxa de câmbio são fatores importantes para determinar o crescimento económico de um determinado país. A taxa de câmbio pode estimular o crescimento económico mediante o estímulo concedido aos investimentos (Araújo, 2009), sendo um fator importante na decisão do IDE (Ogum et al., 2012). Ora, na perspectiva de Rocha et al. (2011) a política económica para os países emergentes é um elemento importante na determinação da sua trajetória de crescimento. Estes autores alertam que, em países menos desenvolvidos a taxa de câmbio afeta de forma determinante os investimentos (público e privados) a realizar.

Na teoria económica mais tradicional, a taxa de câmbio não constituía uma importante dimensão na análise do crescimento económico, porque se consideravam modelos de economia fechada que consideravam que as taxas de câmbio não tinham papel num processo de crescimento (Omankhanlen, 2011). Na mesma linha de pensamento, Rocha et al. (2011) sustentam que, de uma forma geral, a política económica e as suas variáveis centrais — taxa de juros e taxa de câmbio — não desempenham um papel relevante na trajetória de crescimento económico de um país. A teoria mais moderna relativa ao crescimento, baseia-se numa visão de que o crescimento económico é resultado da acumulação de capital o que conduz ao investimento (Omankhanlen, 2011) sendo que a taxa de câmbio pode facilitar ou dificultar o comércio e o investimento, consoante a sua variação e evolução (Vieira et al., 2013).

Autores como Atella et al. (2003) afirmam que a relação entre o investimento e a taxa de câmbio se concentra na desvalorização/depreciação², podendo afetar positivamente os gastos em investimentos. Estes autores referem dois canais pelos quais as taxas de câmbio afetam o investimento: receita e custo. Já Harchaoui et al. (2005) referem outros canais: (1) procura interna e externa; (2) preços de recursos importados (3) preço do investimento importado. Por seu lado, Ogum et al. (2012) consideram que há dois canais pelos quais a taxa de câmbio afetam o IDE: (1) efeito riqueza e (2) custo relativos à produção. Estes autores realçam ainda que desvalorização/depreciação da moeda de um país recetor de IDE, leva uma redução nos custos de produção local em termos de moeda estrangeira, aumentando os lucros do investidor estrangeiro orientado para a exportação.

Todos os autores acima mencionados consideram que na relação entre a taxa de câmbio e o investimento há um aspeto comum - o risco e a incerteza. Segundo Harchaoui et al. (2005), a incerteza tende a enfraquecer o vínculo entre taxas de câmbio e investimento. Numa economia aberta a taxa de câmbio aumenta o grau de incerteza com relação ao futuro gerando uma menor

² A desvalorização de uma moeda ocorre em regime de câmbio fixo e a depreciação ocorre quando a moeda se encontra em regime de câmbio flutuante, resultando do mercado.

taxa de investimento (Rocha et al., 2011). O risco e incerteza gerada pelo movimento da taxa de câmbio podem induzir um investidor estrangeiro a mudar da decisão (Ogum et al., 2012).

Outro aspeto que merece atenção refere-se à inovação e tecnologia. Para Pereira (2012) o estímulo da taxa de câmbio ao investimento e à inovação deixa muito a desejar. Por exemplo, Atella et al. (2003), países que apresentam maior quantidade e qualidade de gastos de investimento, com liderança tecnológica (como a Alemanha, o Japão e os EUA), beneficiaram de uma moeda forte e estável por um longo período de tempo. De acordo ainda com estes autores, a força e a estabilidade da taxa de câmbio levam as empresas a investir em inovação, não apenas para aumentar a competitividade de preços, mas também para obter uma capacidade mais geral de competir no mercado. No entanto, Vieira et al. (2013) afirmam que os países com elevado crescimento económico, como as economias asiáticas no início do século XXI, muitas vezes seguem uma estratégia de crescimento baseada na utilização de políticas de depreciação cambial por um período de tempo longo.

De acordo com Rocha et al. (2011), em países menos desenvolvidos que, geralmente, possuem um mercado financeiro mais incipiente do que o dos países desenvolvidos, quanto mais flexível a taxa de câmbio mais a volatilidade da taxa de câmbio real³ afeta o crescimento. Estes autores consideram que a variação da taxa de câmbio tem um efeito negativo nos investimentos e, conseqüentemente, no crescimento. Também Yusoff e Nulambeh (2016) consideram que a instabilidade da taxa de câmbio pode ser prejudicial ao crescimento do investimento. Já Atella et al. (2003) consideravam que a estabilidade da taxa de câmbio afeta as decisões de investimento em diferentes tipos de empresa porque elas apresentam sensibilidade à taxa de câmbio por meio do canal receita. Desta forma, a estabilidade pode ter um efeito positivo sobre o investimento.

Para Atella et al. (2003), a relação entre taxa de câmbio e investimento deve ser também analisada com modelos que enfatizam a decisão de investimento de acordo com o grau de exposição dos sectores à concorrência internacional. Há uma percepção generalizada nos estudos de Harchaoui et al. (2005) de que uma desvalorização/depreciação da moeda doméstica trará maior competitividade internacional para empresas nacionais exportadoras. Para Pereira (2012) uma taxa de câmbio competitiva estimula os investimentos orientados para a exportação e aumenta correspondentemente a poupança interna, criando oportunidades para investimentos em indústrias exportadoras, promovendo o aumento do investimento e do Produto Interno Bruto (PIB) (Araújo, 2009). Assim, pelo menos no curto prazo, através de um ganho temporário de competitividade uma desvalorização/depreciação da moeda pode aumentar a produção (Atella et al., 2003). Desta forma, Araújo (2009) referia que a ocorrer uma desvalorização/depreciação da moeda (apoiada por políticas monetárias e fiscais adequadas), isso implicará um aumento da rentabilidade das atividades comercializáveis com o exterior.

³ Para Danmola (2013) a taxa de câmbio real é considerada como conceito que mede o preço relativo de dois bens comercializáveis (exportação e importação) em relação a bens comercializáveis.

1.2 A economia angolana: enquadramento político, social e económico

1.2.1 Evolução política e social

A evolução política e social de Angola é marcada por vários acontecimentos históricos e alterações constitucionais. A partir dos anos 50 do século XX surgiram os primeiros movimentos nacionalistas, dos quais destacam o FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola, MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola e a UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola, que deram início à “luta armada”, uma guerra que demorou cerca de 14 anos. De 10 a 15 janeiro de 1975, o estado português e os movimentos de libertação nacional de Angola, FNLA, MPLA e a UNITA, desenvolveram e negociaram um acordo denominado “Acordo de Alvor”⁴ para a formação do governo de transição para a independência. Em 11 de novembro de 1975, Angola proclamou a sua independência pelo presidente do MPLA, António Agostinho Neto. O modelo adotado após a independência foi o Monopartidarismo⁵ - o MPLA passou a controlar o governo. O país optou como via de desenvolvimento o socialismo que não conduziu, automaticamente, a uma maior estabilidade política nem a um desenvolvimento económico e social.

Em 1991, iniciou-se o processo de transição constitucional, com aprovação, pela Assembleia do Povo, da Lei n.º 12/91⁶, que consagrou a democracia multipartidária, as garantias dos direitos e liberdades dos cidadãos e o sistema económico de mercado. Mudanças aprofundadas, mais tarde pela Lei constitucional n.º 23/92 Constitucional.

A primeira vez que se realizaram eleições⁷, em 1992, os angolanos tiveram a oportunidade de exercer o direito a eleger os seus representantes. Apesar da vitória esmagadora do MPLA, a guerra civil continuou por mais 10 anos, por os resultados não terem sido aceites pela UNITA. Além disso, foi a partir de 1992 que se assistiu ao crescimento brusco e acentuado do desemprego, ao aumento do número de crianças fora do sistema de educação, ao incremento da quantidade de pessoas sem a possibilidade de assistência médica e medicamentosa condignas, da quantidade de cidadãos sem casa própria para morar, sem terrenos onde cultivar e do número de deslocados, mutilados e órfãos de guerra (Jornal Mwangolé, 2008, p. 4). Com a morte de Jonas Malheiro Savimbi, em 22 de fevereiro de 2002, foi assinado um acordo de cessar-fogo a 4 de abril de 2002, assinalando o fim da guerra civil. Pestana (2003) considera que a guerra civil foi um dos grandes obstáculos à

⁴ É um documento em que Portugal reconheceu o direito de Angola à independência, que seria proclamada a 11 de novembro desse ano, e os três movimentos como legítimos representantes do povo angolano. Ao longo de 60 artigos, ficaram definidos vários aspetos do compromisso, assumido por todos, de participação num governo de transição até à realização de eleições (Pinto, 2008).

⁵ A Lei Constitucional de 11 de novembro de 1975, no artigo n.º 2, apresenta o seu legítimo representante, constituído por uma larga frente em que se integram todas as forças patrióticas empenhadas na luta anti-imperialista, cabe a direção política, económica e social da Nação (<https://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>).

⁶ Lei n.º 12/91, de 6 de maio, plasmou os pressupostos principais que deram as premissas constitucionais necessárias à implementação da democracia pluripartidária, o fim do partido único.

⁷ Em 29 e 30 de setembro de 1992, foram realizadas as primeiras eleições, nas quais foram eleitos os Deputados à Assembleia Nacional que seriam incumbidos da tarefa a constituição da República de Angola.

democratização em Angola pelo facto de ter sido um instrumento para os regimes autoritários que disputavam a hegemonia do espaço nacional e o controle das populações.

Em agosto de 2006, foram assinados os acordos que permitiram o estabelecimento da paz na região de Cabinda, parte do território nacional, sobretudo com a realização das tarefas previstas no Memorando de Entendimento para a Paz Definitiva, celebrado entre o Governo e o Fórum Cabindês para o diálogo (Jornal Mwangolé, 2008). Para a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia [MOE UE] (2008) a Paz trouxe consigo uma enorme mudança no clima económico do país, tendo as pessoas liberdade de circulação e de fomentarem trocas comerciais pela primeira vez desde a independência. Segundo Pestana (2003

) a paz não era um valor em si, mas um instrumento de poder cujo valor variava em função do que podia representar para a manutenção e reprodução da sua dominação e da acumulação da riqueza.

Em dezembro de 2007 o Presidente José Eduardo dos Santos, anunciou que as eleições legislativas iriam realizar-se em 2008 e as presidenciais em 2009. As eleições legislativas de 5 e 6 de setembro de 2008, por um lado, representam um passo muito importante no fortalecimento do processo democrático em Angola, por outro lado, representaram um enorme desafio para a administração eleitoral, as organizações da sociedade civil e os partidos políticos, dezasseis anos depois do país ter realizado as primeiras e únicas eleições desde a sua independência em 1975 (MOE EU, 2008). Os resultados de todas as províncias divulgados pela Comissão Eleitoral Nacional (CNE), representou uma Assembleia Nacional⁸ caracterizada pela maioria do MPLA com 191 lugares e a UNITA com 16 lugares, dos 220 lugares, e uma fraca representação dos partidos opositores. As eleições presidenciais deixaram de ser possíveis, devido a alterações feitas na constituição. Assim, é indicado como Presidente da República o cabeça de lista do partido que obteve maior número de votos nas legislativas.

Ora, para Bessa (2014), as eleições legislativas de 2012, descritas como as primeiras eleições gerais no país (receberam esta designação porque, embora se tenha tratado de eleições legislativas, definiram também quem iria ser o Presidente da República) demonstraram perante a Comunidade Internacional a efetivação real de um Estado de Direito Democrático. Relativamente aos 220 lugares em disputa para o Parlamento angolano, o MPLA ganhou com 71,8% dos votos (175 deputados) e, na oposição, a UNITA aumentou os seus resultados para 18,7% (32 deputados), surgindo outros partidos como a Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), o Partido da Renovação Social (PSR) e a FNLA (ANEME, 2016). As eleições Gerais de 2017 são marcadas pelo fim da presidência de José Eduardo dos Santos, e o início de uma nova era política. Com o novo candidato do MPLA, João Manuel Gonçalves Lourenço, o MPLA vence as eleições com 61% dos votos. O regime político vigente em Angola é o presidencialismo, em que o Presidente da República é igualmente chefe do governo. A base atual do sistema político é a

⁸ A Assembleia Nacional é o Parlamento da República de Angola, sendo um dos órgãos de soberania consagrado na Constituição. Além do Presidente da República e dos Tribunais, é, nos termos da lei fundamental, "a assembleia representativa de todos os cidadãos angolanos" e exerce o poder legislativo do Estado.

Constituição aprovada pela Assembleia Constituinte, aos 21 de janeiro de 2010, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 111/2010, de 30 de janeiro, aos 3 de fevereiro de 2010.

No dia 2 de março de 2021, o Presidente da República, João Lourenço, submeteu ao Parlamento angolano uma Proposta de Revisão Pontual da Constituição que se encontra em discussão na Casa das Leis. A Proposta, com 40 pontos, prevê alterações moderadas no sistema político e económico financeiro do país. Neste aspeto, o ponto relativo a maior autonomia concedida ao Banco Nacional de Angola é aquele que constitui maior relevância para este trabalho pois, no limite, permitirá ao Banco Central definir, sem interferência do Governo Central, a sua política cambial e monetária.

1.2.2 Evolução da taxa de câmbio (moeda local)

Com o resultado da baixa do preço do petróleo, ocorrida antes dos últimos acontecimentos mundiais pré-guerra na Ucrânia, Angola observou uma forte depreciação da moeda sendo que o Governo tem implementado várias reformas fundamentais como a de implementar um regime cambial mais flexível, uma adequada política monetária e uma consolidação fiscal para manter a estabilidade macroeconómica (World Bank, 2020a; International Monetary Fund [IMF], 2018a).

Assim, de acordo com Sayeh (2016) para os países que não fazem parte de uma união monetária, a flexibilidade da taxa de câmbio deve fazer parte da primeira linha de defesa contra quedas nos preços das *commodities*⁹, como parte de um pacote de medidas de política macroeconómica mais amplo. Lariuai et al. (2016) referem que o Banco Nacional de Angola abandonou a sua âncora cambial o que permitiu que a sua moeda se depreciasse (pelo menos até um certo ponto) em conjunto com a redução gradual das reservas internacionais.

De facto, nas últimas décadas, muitas economias emergentes, tentam influenciar o nível das taxas de câmbio e restringir a sua flexibilidade dependendo, entre outros fatores, da escolha do regime monetário e do desenvolvimento do sistema financeiro (Gadanecz & Mehrotra, 2013). Em Angola, o sistema financeiro tornou-se mais robusto, sob a supervisão atenta dos reguladores, que têm introduzido mecanismo de controlo e monitorização. De acordo com Massano (2020) o sistema financeiro desempenha um papel crucial na promoção do crescimento económico sustentável que traz o aumento dos padrões de vida e a redução da pobreza. Na perspetiva de Sakyi et al. (2016) a evolução do setor financeiro normalmente consiste em políticas que promovem uma intermediação e mercados eficazes, promovendo a facilidade com que as trocas se realizam na economia e garantindo o acesso ao capital e a outros serviços financeiros de forma fácil. Assim, promove-se a economia, gerando maior investimento.

⁹ *Commodities* são matérias-primas ou produtos primários, apesar da origem e produção o preço é uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

Face ao acima referido, é possível visualizar na Figura 1, a evolução da taxa de câmbio ao incerto entre o Kwanza (AOA¹⁰) e o Dólar Americano¹¹ (USD). Note-se que a taxa de câmbio ao incerto indica qual o valor da moeda estrangeira (neste caso, o USD) em termos de moeda nacional (neste caso, o AOA). Como se pode verificar, ao longo do tempo tem sido necessário trocar uma maior quantidade de Kwanza para adquirir um dólar americano, indicando uma clara depreciação da moeda nacional de Angola. Em contrapartida, existe um mercado paralelo de câmbio, ou seja, um setor não oficial de trocas de moeda estrangeira. Este mercado pode sofrer variações a qualquer momento devido à especulação em função da procura e oferta da moeda nacional e do dólar americano, com um diferencial enorme entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de câmbio no mercado paralelo.

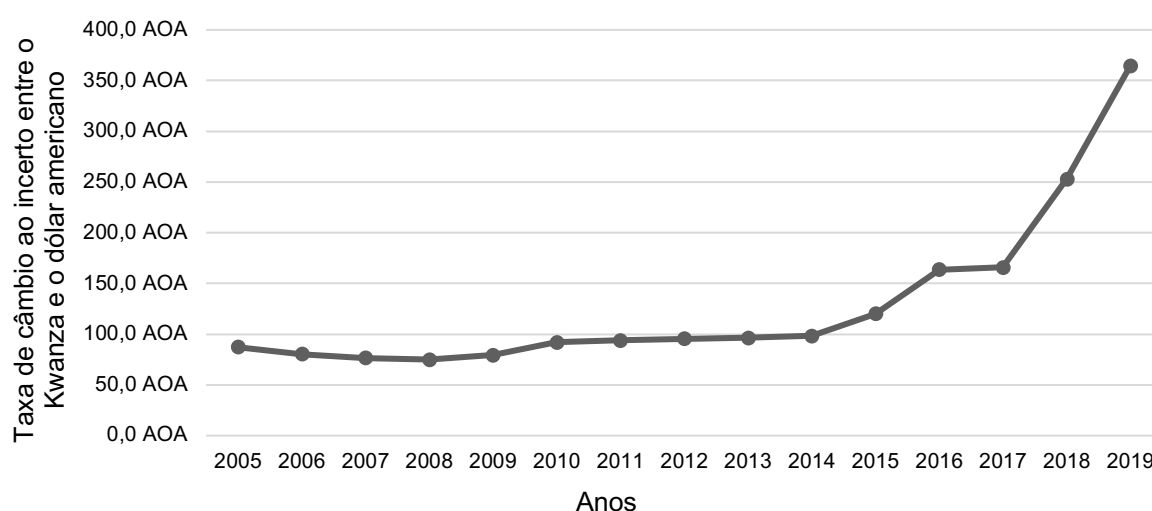


Figura 1: Evolução da taxa de câmbio ao incerto do Kwanza em relação ao dólar americano.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Word Bank (2021).

Pode-se observar, no ano de 2005, que a taxa de câmbio AOA por uma unidade de USD era de 87,2 OUA/USD. No ano de 2008, a dependência excessiva do petróleo trouxe uma instabilidade macroeconómica com a queda dos preços do petróleo. De julho a dezembro de 2008, os preços do petróleo caíram 69%, reduzindo as receitas correntes de Angola para quase um terço - de 44,9 % do PIB, em 2008, para 16,4% do PIB (World Bank Group, 2018). A taxa de câmbio nominal¹² depreciou-se 18% em termos nominais em 2009 e a inflação aumentou moderadamente (World Bank Group, 2018). Entre 2010 e 2014, Angola viveu um segundo período de crescimento alimentado pelo petróleo, a taxa de câmbio correspondia a 91,9 e 98,3 AOA/USD, respetivamente. De acordo com o World Bank Group (2018), durante este período Angola construiu vários

¹⁰ OAO, é a identificação do Kwanza angolano nos mercados financeiros internacionais enquanto USD se refere ao dólar americano.

¹¹ Para Saunders e Cornett (2007) o dólar é conhecido como moeda de troca internacional e por isso utilizado em estudos relativos às taxas de câmbio, como é o caso deste trabalho de investigação.

¹² Para Danmola (2013) a taxa de câmbio nominal é um conceito monetário que mede o preço relativo das duas moedas ou moedas. Por exemplo, a moeda Kwanza em relação dólar americano.

amortecedores macroeconómicos. Por exemplo, as reservas internacionais atingiram 32,2 mil milhões de dólares em 2012 e vários fundos do petróleo foram criados como estabilizadores fiscais. A taxa de câmbio também foi administrada com rigidez e a inflação caiu para um dígito pela primeira vez na história moderna. Apesar dos amortecedores acumulados desde 2010, a queda sustentada dos preços do petróleo desde 2014 teve um impacto muito forte na economia. A partir de 2015 o Banco Central de Angola, procurou implementar uma combinação de políticas de desvalorizações da taxa de câmbio e controlo de quantidade, o que prejudicou os negócios e não foi muito eficiente em controlar a inflação, que atingiu o pico de 42% em 2016 (Word Bank Group, 2018). O diferencial entre a taxa de câmbio paralelo e a oficial se manteve alta em 150% em 2017 (IMF, 2018b). O governo decidiu mudar para uma maior flexibilidade da taxa de câmbio, apertou a orientação da política monetária e retomou a consolidação orçamental (Word Bank Group, 2018).

Após a implementação do regime de taxa de câmbio flexível, a moeda nacional depreciou-se 30% em relação ao dólar americano e o diferencial caiu cerca de 90% no final do primeiro trimestre (IMF, 2018b). Para Rodrigues (2020) o novo regime de taxa de cambio veio ajudar a reduzir o diferencial no mercado formal e paralelo.

1.2.3 Ambiente de negócios

A análise do ambiente de negócios numa economia é muito relevante na forma de planeamento estratégico das empresas e para o crescimento e desenvolvimento dos países. Segundo Correia e Santis (2016), ambiente de negócios é o conjunto de fatores externos que influencia as decisões da atividade empresarial num determinado país ou região, tais como clientes, governo, competitividade e condições sociais, políticas e tecnológicas. No relatório “*Doing Business*”, publicado pelo Banco Mundial e referente ao ano de 2020, Angola encontrava-se classificada na posição 177 em 190 países, tendo perdido 4 posições em relação a 2019. Apesar desta ligeira perda no ranking do ambiente de negócios, ao nível da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Angola continua a perder para a República da Maurícia (13.º), África do Sul (84.º), Zâmbia (85.º), Botswana (87.º), Namíbia (104.º), Malawi (109.º), Seicheles (100.º), Essuatíni (anteriormente conhecido como Suazilândia) (121.º), Lesoto (122.º), Moçambique (138.º), Zimbabwe (140.º), Tanzânia (141.º) e Madagáscar (161.º), superando apenas a República Democrática do Congo (183.º).

A Tabela 1 mostra, de uma forma mais detalhada a classificação de cada um dos 10 indicadores que permitem elaborar o ranking *Doing Business* (Word Bank Group, 2020a) da economia angolana num conjunto de 190 economias que se distribuem pelo globo. Salienta-se para a economia angolana os problemas com a execução de contratos (posição 186) e a obtenção de crédito (posição 185). Nos restantes indicadores a posição de Angola no conjunto de economias analisadas melhora ligeiramente, sendo que os melhores indicadores se referem ao pagamento de impostos (posição 106). A fraca performance dos indicadores medidos pelo *Doing Business* leva a que Angola se posicione nas últimas posições mundiais no que se refere à realização de negócios.

Tabela 1: Classificação da economia angolana nos principais indicadores do Doing Business em 2020.

Indicadores	Definição	Classificação
Iniciar Negócio	Mede o número de procedimentos, tempo, custo e exigência de capital mínimo para uma empresa de responsabilidade limitada de pequena e média dimensão iniciar e operar formalmente na maior cidade de negócios de cada economia (neste caso, Luanda).	146
Procedimentos para obter licença de construção	Acompanha os procedimentos, tempo e custo para construir um armazém, incluindo a obtenção das licenças e autorizações necessárias, envio de todas as notificações necessárias, solicitação e recebimento de todas as inspeções necessárias e obtenção de conexões de serviços públicos.	120
Obtenção de eletricidade	Mede os procedimentos, tempo e custo necessários para uma empresa obter uma conexão elétrica permanente para um armazém recém-construído.	156
Registo de propriedades	Analisa os procedimentos, o tempo e o custo envolvidos no registo de propriedade. Mede, também, a qualidade do sistema de administração de uma região em cada economia.	167
Obtenção de crédito	Explora dois tópicos: (i) a força dos sistemas de relatórios de crédito (ii) a eficácia das leis de garantia e falência na facilitação de empréstimos.	185
Proteção de investidores minoritários	Incluem três medidas: (i) mede a força das proteções dos acionistas minoritários contra o uso indevido de ativos corporativos por diretores para seu ganho pessoal, bem como os direitos dos acionistas, (ii) as responsabilidades diretivas da empresa, (iii) a transparência corporativa que reduz o risco de abuso.	147
Pagamentos de impostos	Regista os impostos e contribuições obrigatórias que uma empresa de média dimensão deve pagar ou reter num determinado ano, bem como os encargos administrativos de pagar impostos e contribuições e cumprir os procedimentos de pós-arquivamento (restituição de IVA e auditoria fiscal).	106
Comércio internacional	Regista o tempo e o custo associados ao processo logístico de exportação e importação de mercadorias.	174
Execução de contratos	Mede o tempo e o custo para resolver uma disputa comercial por meio de um tribunal de primeira instância local e o índice de qualidade dos processos judiciais, avaliando se cada economia adotou uma série de boas práticas que promovem qualidade e eficiência no sistema judiciário.	186
Resolução de insolvência	Analisa o tempo, o custo e o resultado dos processos de insolvência envolvendo pessoas jurídicas nacionais. Taxa de recuperação, que é registada em cêntimos por dólar recuperados pelos credores garantidos por meio de processos de recuperação judicial, liquidação ou execução de dívida.	168

Fonte: Elaboração própria com base na informação retirada do Word Bank Group (2020b).

Face ao fraco desempenho do ambiente de negócios e para promover o crescimento económico, Angola propôs, nos últimos anos, reformas e medidas legislativas cujo objetivo é promover o ambiente de negócios, impulsionar o investimento e melhorar as infraestruturas (IMF, 2019). De facto, o poder legislativo e o executivo fizeram uma aposta muito forte na diversificação da economia criando leis, agências, programas e instituições tornando-se um dos principais apoios para a

implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹³. Na Tabela 2 apresentam-se algumas das medidas e reformas implementadas pelo governo que visam melhorar o ambiente de negócios e atrair investidores estrangeiros ao país.

Tabela 2: Medidas para melhorar o ambiente de negócios e atrair investidores estrangeiros.

Medidas	Descrição
Legislação	Lei n.º 30/11, de 13 de setembro - Lei das Micros, Pequenas Médias Empresas
	Lei n.º 10/18 de 26 de junho de 2018 - Lei do Investimento Privado
	Lei n.º 05/18 de 10 de maio de 2018 - Lei da Concorrência
	Decreto Legislativo Presidencial n.º 10/19 de 29 de novembro de 2019 - Aprova a Pauta Aduaneira dos direitos de importação e exportação
Programas	Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações - PRODESI ¹⁴ que visa corrigir os vários constrangimentos que impossibilitam o sucesso das iniciativas anteriores do governo
	PAC- Projeto de Apoio ao Crédito que tem como objetivo de apoiar o acesso ao crédito para projetos de empresas de diversas categorias qualificadas, desde que visem a produção de bens básicos e outros prioritários de origem nacional, definidos no Decreto Presidencial n.º 23/19, de 12 de janeiro, artigo 2.º
Agência	AIPEX- Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola ¹⁵
Instituições	Instituto Nacional de Apoio as Micros, Pequenas e Médias Empresas- INAPEM ¹⁶
	Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado - IGAPE ¹⁷

Fonte: Elaboração própria.

¹³ O plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, constitui o segundo exercício de planeamento de médio prazo realizado no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento em vigor, na sequência do Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017, e visa a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial do país. O PDN tem um carácter prospetivo e plurianual, abrange os níveis nacional, setorial e provincial de planeamento, e implementa as opções estratégicas de desenvolvimento a longo prazo do país, assumidas nas estratégias de longo prazo Angola 2025. (<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>).

¹⁴ Foi aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 169/ de 20 de julho (<https://prodesi.ao/sobre>). É um programa executivo para acelerar a diversificação da produção nacional e geração de riqueza, num conjunto de produções com maior potencial de geração de valor de exportação e substituição de importações, designadamente nos seguintes sectores: Alimentação e Agro-indústria, Recursos Minerais, Petróleo e Gás Natural, Florestal, Têxteis, Vestuários e Calçado, Construção e Obras Públicas, Tecnologia de informação e Telecomunicação, Saúde, Educação, Formação e Investigação Científica, Turismo e Lazer.

¹⁵ Foi criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 81/18, de 19 de março de 2018, resulta da fusão da Unidade Técnica para o Investimento Privado – UTIP e da Agência para Promoção de Investimento e Exportações de Angola – APIEX. A AIPEX é o interlocutor único do investidor em todas as fases do processo de investimento, através da articulação institucional apoia os investidores, acompanha as propostas de investimento e assegura as condições para a boa execução dos projetos de investimento (<https://www.aipex.gov.ao/PortalAIPEX/#!/aipex/quem-somos>).

¹⁶ É um órgão da administração indireta do Estado Angolano, ao qual compete genericamente a implementação das políticas e estratégias da capacitação e financiamento das micros, pequenas e médias empresas. Lançado em 2012, com a publicação da Lei 30/11, tem sido um instrumento crítico do Governo de Angola na implementação do Programa Angola investe. (<https://www.inapem.gov.ao/PortalINAPEM/#!/sobre/historia>).

¹⁷ Criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 141/18, é uma pessoa coletiva pública da Administração Indireta do Estado Angolano. É um órgão especializado ao qual incumbe a regulação e monitorização do Setor Empresarial Público – SEP, a execução da política e programa de privatizações e reestruturações, a gestão e controlo das participações financeiras do Estado, o acompanhamento e supervisão da gestão dos ativos financeiros e dos Fundos Públicos, bem como a gestão dos empréstimos concedido pelo Estado. (<http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njuz/~edisp/minfin653961.pdf>).

As medidas e reformas que o governo angolano tem implementado estendem ao contexto nacional e internacional e estão direcionadas para promoção do crescimento do setor privado. Estas visam, melhorar o ambiente de negócios e atrair investidores estrangeiros ao país. Por exemplo, a lei da concorrência que apoia a concorrência em território nacional e combate as ações dos monopólios em setores chave da economia. Por sua vez, a lei do investimento privado suprime barreiras de entrada ao IDE, isto é, não estabelece obrigatoriedade de parcerias com cidadãos angolanos ou empresas de capital angolano.

1.2.4 Mercado informal

A economia informal refere-se a “todas as atividades económicas dos trabalhadores e unidades económicas que na lei ou na prática não estão abrangidas ou estão insuficientemente cobertas por disposições formais” (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2014, p. 7). Este, por sua vez, “desenvolve-se num contexto de elevadas taxas de desemprego, subempregos, pobreza, desigualdade de género e trabalho precário” (OIT, 2014, p. 7). O crescimento da economia informal, pode ser o resultado de políticas sociais ou medidas macroeconómicas mal implementadas, desadequadas ou ineficazes, falta de estruturas legais e institucionais, ausência de uma boa governação para a correta e eficaz implementação das políticas e leis e a uma falta de confiança nas instituições e procedimentos administrativos (OIT, 2014).

Ora, a promoção do sector informal para a garantia da estabilidade política, social e económica, pode ser um meio mais fácil para estabelecer uma política efetiva de bem-estar social e de redistribuição de rendimento, na medida em que o sector informal numa região contribui para o emprego e é uma das fontes de compensação pela quebra dos salários reais (Ernesto & Capilo, 2019). Em Angola, a informalidade constitui-se como um meio de subsistência de muitas famílias. A maioria das pessoas entra na economia informal não por escolha, mas por necessidade de sobreviver e ter acesso a atividades que lhe permite obter um rendimento básico (OIT, 2014). O setor informal movimenta anualmente cerca de 43 a 64 mil milhões de euros, o que representa 72,6% dos operadores fora do circuito legal (Silva, 2020). Na Tabela 3 apresenta-se um resumo das principais atividades de economia informal em Angola.

A economia informal encontra-se generalizada por todo país, servindo como base de subsistência de muitas famílias. A economia informal de subsistência em Angola é habitualmente constituída por indivíduos que produzem e fazem trocas de bens e serviços, confeccionados em casa e comercialização nas aldeias e bairros. Já a economia informal tradicional é realizada normalmente por indivíduos com uma determinada habilidade a que dedicam o seu tempo integral. A economia informal de sobrevivência é, em geral, realizada por indivíduos que procuram rendimentos indispensáveis à sua sobrevivência. Por sua vez a economia informal de rendimentos movimenta um grande volume de negócios o que permite que os indivíduos enriqueçam ilicitamente fora do

âmbito formal. É de destacar, aqui, o comércio ilegal de divisas no mercado paralelo realizado pelos Kinguilas¹⁸- “Câmbio da Rua”, como é chamado em Angola.

Tabela 3: Resumo das principais atividades na economia informal em Angola

Tipo de economia informal	Atividade	Exemplo de atividades
Economia informal de subsistência	Atividades realizadas no quadro da economia familiar, com finalidade de autoconsumo ou no âmbito das relações de reciprocidade e de solidariedade familiar e de vizinhança	Produção e trocas de bens e serviços
Economia informal tradicional	Atividades feitas em espaços económicos bem delimitados	Arquinas, engraxadores, alfaiates, mecânicos, artesãos, comerciantes de artesanato, carpinteiros
Economia informal de sobrevivência	Atividades orientadas para a geração de rendimentos indispensáveis à sobrevivência dos atores e dos respetivos agregados familiares – realizam-se a uma escala reduzida no quadro dos processos de adaptação realizados pelos agentes económicos desprovidos de recursos face às condições que os envolvem e determinam as suas práticas	Micro e pequenos retalhistas, serviços de reparação e manutenção, serviços financeiros, serviços pessoais e serviços associados a lazer e entretenimento
Economia informal de rendimento	Atividades orientadas para geração de rendimentos, com finalidade de promover a satisfação das necessidades dos agregados familiares, mas também de permitir a acumulação de riqueza e de capital. Abrange as atividades a uma escala média e grande.	Semi grossistas e grossistas, armazenamento, transporte, construção e prestação de alguns serviços. Algumas atividades associadas a práticas especulativas realizadas em espaços não delimitáveis de proximidade, interligação e de fronteira com comportamentos económicos ilegais, como a "especulação imobiliária ou comercio ilegal de divisas" ¹⁹

Fonte: Adaptado de Lopes (2014)

¹⁸ Kinguila é uma expressão que identifica de uma forma genérica os operadores económicos envolvidos no comercio ilegal de divisas (Lopes, 2006).

¹⁹ “No contexto angolano, a extensão do mercado paralelo de divisas tem estado correlacionada com o forte incentivo à aquisição em mercados estrangeiros de bens de consumo ou de reposição que o mercado interno não fornece, com o limitado e condicionado acesso a divisas por parte dos nacionais que se deslocam ao estrangeiro em turismo e com os constrangimentos político-económicos às oportunidades de investimento privado” (Lopes, 2006, p. 170).

1.3 Gestão do investimento público em Angola

1.3.1 Investimento público: evolução e gestão

Angola viveu um momento difícil de conflito interno até 2002 que degradou muitas infraestruturas. Desta forma, o país tem enfrentado uma necessária tarefa de reconstrução e expansão das suas infraestruturas físicas, fortemente danificadas pelo ocorrido. De 2003-2008 a procura mundial do petróleo era muita alta e os preços cresceram e proporcionaram receitas ao país o que permitiu ao governo lançar um grande programa de reconstrução de infraestruturas alocando, em média, 4,4 mil milhões de dólares por ano (World Bank, 2014). De 2004 a 2008, os investimentos cresceram de 2,2% para 14,1% em relação ao PIB. A queda nos preços do petróleo desde o final de 2008 produziu uma queda acentuada nas receitas do governo que implicou uma redução proporcional no nível de gastos. Entre 2010 e 2014, Angola viveu um segundo período de crescimento alimentado pelo petróleo. As taxas de crescimento do PIB foram em média 5,1%, enquanto a receita corrente e o investimento público, como proporção do PIB, foram em média de 38,3% e 10%, respetivamente. Angola apostou nos investimentos públicos. Desde 2002 foram despendidos cerca de 80 mil milhões de dólares em estradas, aeroporto, portos, caminho-de-ferro, escolas, hospitais e outras obras de infraestrutura e noutras áreas da criação das condições básicas para o crescimento (Rocha, 2014). O Banco Mundial (World Bank, 2014) referia que Angola havia atingido um ponto de viragem crítico no seu desenvolvimento sendo que a gestão do investimento público deveria desempenhar um papel fulcral no futuro económico do país.

Para Sayeh (2016) os países devem ter como objetivo preservar os gastos prioritários, como gastos sociais e investimentos de capital favoráveis ao crescimento com o objetivo de manter suas metas de desenvolvimento de longo prazo. Já Dabla-Norris et al. (2012) havia afirmado que existia um consenso na necessidade de ampliação nos investimentos de países de baixo rendimento, especialmente em infraestruturas públicas.

Apesar do elevado investimento público realizado, a gestão de todo investimento público em Angola é feita pela Direção Nacional dos investimentos Públicos²⁰. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (IMFb, 2018, p. 44) refere que a “gestão dos investimentos públicos em Angola é muito baixa, devido a falta de orçamentos plurianuais, da fraca avaliação e seleção de projetos e de vulnerabilidade no processo de contratação pública”. O Fundo Monetário Internacional (IMFb, 2018, p. 44) refere ainda que a fraca gestão do investimento público e a baixa qualidade da infraestrutura impediram a eliminação mais rápida de gargalhos de infraestruturas e a geração de externalidades mais fortes que pudessem levar a um investimento privado maior. De facto, Jensen (2018) considera que há uma necessidade urgente de acelerar as reformas destinadas a melhorar

²⁰ O serviço executivo direto ao qual incumbe preparar, em articulação com os órgãos da Administração Central e Local do Estado e demais órgãos orçamentados, o Programa de Investimento Público (PIP).

a qualidade do investimento público, a fim de obter um maior valor de recursos que são cada vez mais escassos.

Apesar das deficiências enumeradas, a qualidade das infraestruturas públicas de um país é determinada pela qualidade do Sistema de Gestão do Investimentos Públicos (World Bank, 2014). O país criou um sistema informatizado para ajudar a elaborar e gerir o seu programa de investimento público (SIPIP) e o Ministério das Finanças tem uma unidade especializada para elaborar, promover, avaliar, organizar, supervisionar e colaborar, todos os bens públicos.

De acordo com Dabla-Norris et al. (2012), as maiores problemáticas em muitos países de baixo rendimento são o elevado grau de ineficiência, o desperdício e/ou corrupção que frequentemente distorcem o impacto dos gastos públicos na acumulação de capital, deixando um rasto de projetos mal-executados. Ora, a corrupção em Angola é um fenómeno perversivo que impede e perturba o crescimento económico. Segundo o Índice de Perceção de Corrupção e Transparência Internacional de 2021, Angola ocupa a posição 136º de 180 países, registando um progresso em relação ao ano de 2020 que ocupou a posição 142º. A contratação pública é das atividades mais vulneráveis ao risco de corrupção e infrações conexas em Angola devido ao grande volume de transações e aos interesses financeiros envolvidos (Serviço Nacional da Contratação Pública [SNCP], 2019).

Foram várias as anomalias identificadas pela assistência técnica do Fundo Monetário Internacional, no que refere ao ciclo do investimento público. “Na fase de pré-contratação não há obrigatoriedade de fazer estudos de pré-viabilidade que possam evitar custos desnecessários decorrentes dos grandes projetos avaliados como inviáveis. Na fase de contratação, faz-se uso de modalidades menos competitivas como o concurso limitado e a negociação, e há dependência de um número limitado de fornecedores regulares. Na fase de execução, são frequentes as alterações dos contratos públicos, muitas vezes implicando grandes aumentos no valor original do contrato. Por último, na fase de pós- execução, não é feita a avaliação *ex-post* do desempenho exigida por lei” (IMFb, 2018, p. 44)²¹.

Até 2021, estavam inscritos 2.586 projetos no Programa de Investimento Público executados por diversos órgãos orçamentais, sendo que os principais projetos estruturantes se encontram no setor da energia e águas, construção e transporte (Direção Nacional do Orçamento do Estado [DNOE], 2021).

²¹ Em Angola existe um quadro legislativo do investimento público: Lei n.º1/11, de 14 de Janeiro -Lei de Bases do Regime Geral Do Sistema Nacional De Planeamento; Decreto Presidencial n.º 31/10, de 12 Abril - Aprova o Regulamento de Preparação, Execução e Acompanhamento do Programa de investimento Público ; Decreto Presidencial n.º 213/13, de 13 de Dezembro-Aprova Metodologia de Acompanhamento, Controlo e Balanço do Programa De Investimento Público, Reforçando os Preceitos do Decreto Presidencial n.º 31/10; Decreto Presidencial n.º 471/15, de 20 de Julho -Aprova Manual de Preparação e Realização de Visitas aos Projetos de Investimentos Públicos ; Lei n.º13/10, de 9 de Julho - Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas ; Lei n.º9/16, de 16 de Junho -Lei dos Contratos Públicos ; Decreto Presidencial n.º 59/21 de 5 de 12 Março - Aprova as Regras Anuais de Execução do OGE de 2021.

1.3.2 Investimento em energia, água e saneamento

Jensen (2018) afirma que Angola é um país com enorme potencial para geração hidrelétrica, solar e a gás natural.

Angola tem feito investimentos substanciais no sector da energia desde 2002. Estimativas recentes da ENDE - EP Empresa Nacional de Distribuição de Eletricidade²², a maior empresa geradora de energia de Angola, indicam que esses investimentos levaram a um aumento na capacidade de geração de cerca de 830 MW em 2002 para mais de 1.200 MW em 2008 e 2230 MW em 2014. Assim, Angola conseguiu aumentar rapidamente a sua produção de energia na última década. No entanto, apenas 30% da população beneficiava do acesso à energia (Pushak & Foster, 2011; Jensen, 2018). Este aumento de geração e capacidade operacional facilitou um crescimento médio anual de 13% na produção de energia entre 1999 e 2008. A ENDE-EP é atualmente a companhia nacional mais importante nas áreas de produção, transmissão e distribuição de eletricidade.

O Banco Mundial refere que uma gestão melhor e mais integrada dos recursos hídricos será essencial para mitigar choques e promover o uso eficiente dos recursos (World Bank Group, 2018). O país tem 26 barragens que contribuem para o crescimento e desenvolvimento da economia e para o desenvolvimento humano, permitindo a irrigação agrícola, o abastecimento de água potável e a produção de energia elétrica. É de destacar que em 2012 o estado angolano fez um investimento de 4,3 mil milhões de dólares na construção da central hidroelétrica de Laúca que é a segunda maior barragem em África. O Instituto Nacional de Recursos Hídricos – INRH²³ é o responsável por assegurar a execução da política nacional de recursos hídricos, em matérias de: planeamento e gestão integrada, seu uso, preservação, proteção, supervisão e controlo. O acesso à água e saneamento básico são direitos humanos fundamentais para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável (UNICEFb, 2018).

Angola tem também realizado progressos importantes no saneamento. Em 1990, 75% da população não tinha acesso a instalações de saneamento em comparação com 43% em 2008. No entanto, os dados ainda mostravam disparidades e iniquidades significativas entre residentes rurais e urbanos - em 2008, 86% dos moradores urbanos tinham acesso a saneamento, em comparação com apenas 18% nas áreas rurais (Jover et al., 2012). O acesso a água potável segura, saneamento e serviço de higiene é fundamental para o desenvolvimento do capital humano e o desenvolvimento económico, reduz as taxas de desnutrição, mobilidade e mortalidade infantil (Cordoba et al., 2018).

²²A Empresa Nacional de Distribuição de Eletricidade (ENDE-EP) resulta da fusão dos ativos da extinta EDEL e da Unidade de Negócios de Distribuição de extinta ENE, através do Decreto Presidencial nº 305/14, publicado a 20 de Novembro de 2014, criou três novas empresas e aprovou os respetivos estatutos orgânicos, nomeadamente, a Empresa Pública de Produção de Eletricidade (PRODEL-EP), a Empresa Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT-EP) e a Empresa Nacional de Distribuição de Eletricidade (ENDE-EP)

²³O Instituto Nacional de Recursos Hídricos – INRH é um órgão dependente do Ministério da Energia e Águas, criado pelo Decreto Presidencial nº.253/10, de novembro, o seu estatuto orgânico do foi adequado pelo Decreto Presidencial nº.205/14, de 15 de agosto (http://www.inrh.gv.ao/docs/Novo_estatuto_organico_INRH.pdf).

O acesso a fontes de água melhoradas aumentou de 36% em 1990 para 50% em 2008 instrumento de reforma mais notável no lado rural foi o Programa “Água para Todos”, que teve como objetivo instalar e atualizar poços, furos e bombas manuais e reabilitar o sistema de encanamento a fim de fornecer melhor acesso à água para 80% de habitantes rurais em 2012 (Jover et al., 2012). O saneamento básico e Higiene foram reduzidas em mais de 80% desde 2014, e representam apenas 0,1% do OGE em 2017 (UNICEF, 2018a). O investimento tem diminuído e a população tem crescido muito significativamente (UNICEF, 2018b). Ora, a definição e implementação de uma estratégia nacional para melhorar o acesso aos serviços de água e saneamento será crucial para garantir a prestação de serviços adequada e apoiar o desenvolvimento social World Bank Group (2018). Segundo a UNICEF (2018a), Angola tem vindo a investir fundos importantes neste sector, particularmente nas zonas urbanas do país, mas os níveis de acesso permanecem muito baixos, e os dados mostram que não houve progresso significativo nos últimos anos.

1.3.3 Investimento em vias de comunicação

O investimento em infraestruturas com estrada é visto com o um dos mais importantes. Não só para o crescimento económico, mas também, para a coesão social. Angola é um dos países que mais gasta em infraestruturas rodoviárias na África. O Instituto das Nacional das Estradas de Angola (INEA) é o órgão governamental responsável pelo sector. A rede de estrada de Angola cobre 62.560 km por todo o país dos quais, as estradas primárias representam 36.399 Km, as secundárias 11.057 km e as terciárias 15.104 km (Pushak & Foster, 2011). Os valores oficiais são de 2011 não existindo informação oficial mais recente – no entanto, pensa-se que neste momento as estradas em Angola cobrem cerca de 72.000 km.

O nível dos gastos públicos em estradas aumentou nos últimos anos, passando de uma média de 2,8 mil milhões de dólares de 2005-2009 para uma média anual de 3,8 mil milhões. Os gastos extraordinários em 2022 do país no setor de estradas são inteiramente financiados pelo orçamento. Ao longo do período de 2005-2009 o valor dos investimentos em estradas representou 31% de todos os investimentos públicos e 37% das despesas reais. O Plano Nacional de Desenvolvimento de 2013-2017 estabeleceu objetivos para 'construção e recuperação' de estradas, com obras em 15.500 km de estradas primárias, 6.000 km de estradas secundárias e 65.000 km de estradas terciárias para o período de 5 anos. Durante o período de 2008-2018 foram disponibilizados 2,1 mil milhões por ano correspondendo 2,1% do PIB (Benmaamar et al., 2020). Com a queda do preço do petróleo em 2014 o governo não cumpriu todos os objetivos traçados.

Com base nos dados do Relatório de Competitividade Global de 2019, a qualidade da infraestrutura rodoviária de Angola está classificada em 135ª entre 141 países (Schwad, 2019). Esta situação impede Angola de desenvolver o comércio regional com os países vizinhos impedindo-os de fazerem um maior uso do Porto de Luanda. Ora, para Benmaamar et al. (2020) esta situação não pode ser explicada apenas pela falta de capacidade técnica e de gestão, mas é claramente devida à má governança do setor rodoviário.

O Porto de Luanda oferece acesso natural por mar profundo a Angola e serve como a principal via de comércio internacional do país, movimentando cerca de 80% das importações do país. Foi beneficiado por uma reabilitação, expansão e modernização financiada por vários investidores (Jover et al., 2012). Foi desenvolvido um Porto seco em Viana, a cerca de 30 km, com ligações rodoviárias e ferroviárias (Muechi, 2016). Além disso, o governo planeava construir um novo Porto comercial, a norte de Luanda na Barra do Dande, para atenuar os problemas de congestionamento no Porto de Luanda. Minas terrestres (Muzima, 2018). O porto do Lobito é o segundo maior porto de carga de Angola. Está localizada numa zona geográfica privilegiada e de enorme potencial, foi beneficiado por uma reabilitação e ampliação em 2008 com um custo estimado de 680 milhões de dólares (A1V2, 2019). Foi desenvolvido no mesmo ano o projeto do terminal minério do porto do Lobito com um custo estimado de 521 milhões de dólares. Inclui-se ainda na infraestrutura portuária angolana, os portos de grande dimensão de Namibe, Cabinda.

A rede ferroviária de Angola é definida por três linhas estruturais - Benguela, Luanda, Moçâmedes – que cobrem cerca de 2.700 km. As obras tiveram início em 2007 e foram concluídas em 2017 com um custo estimado de 3,5 mil milhões de USD (A1V2, 2020; Agência Lusa, 2017).

Por fim, deve referir-se o sistema aeroportuário de Angola que é composto por 28 aeroportos internacionais, regionais e domésticos (World Bank Group, 2019). O principal aeroporto internacional de Angola fica em Luanda, servido por várias companhias aéreas internacionais e regionais. O terminal internacional do aeroporto de Luanda foi remodelado em 2010. O governo anterior iniciou a construção de um novo aeroporto denominado de NAIA-Novo Aeroporto Internacional de Angola, com um custo estimado de 3 mil milhões de euros. A Empresa Nacional de Desenvolvimento Aeroportuário e Navegação Aérea (ENANA) gere os aeroportos civis do país enquanto a GHASSIST, outra empresa pública, detém o monopólio das atividades aeroportuárias no aeroporto internacional 4 de Fevereiro de Luanda. Segundo o World Bank Group (2019), a gestão da infraestrutura e dos serviços aeroportuários, atualmente sob gestão pública, poderia, portanto, ser transferida para os operadores do setor privado, como é comumente o caso em outros países, por meio de privatização total ou parcerias público-privadas (PPP).

1.3.4 Investimento em educação e saúde

A educação é um dos setores estratégicos para o desenvolvimento socioeconómico de um país. De uma forma geral os investimentos em educação, além de se constituírem como uma opção bastante rentável são também, do ponto de vista social, extremamente desejáveis pois, para além de contribuírem para o aumento do rendimento das famílias a longo prazo, poderão também, através da ampliação de oportunidades no mercado de trabalho, representar um instrumento eficiente para a melhor distribuição do mesmo (Botão & Matos, 2019). Os investimentos em infraestrutura de

educação incluem várias áreas do sistema ensino²⁴. Apesar dos avanços notáveis que se têm feito sentir em termos de alfabetização da população em Angola nos últimos 15 anos, nomeadamente através da crescente disponibilização de escola de ensino primário para inclusão das camadas mais jovens da população, e das várias iniciativas do executivo no sentido de incutir uma maior qualidade aos vários níveis de ensino (Botão & Matos, 2019). O aumento da oferta e da qualidade da educação pré-escolar e do ensino médio é essencial para apoiar o crescimento económico de longo prazo (World Bank Group, 2018). Ao nível de todo o território nacional estão previstos vários programas para a educação, entre os quais se destaca a melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário, que beneficia de uma dotação de 10,5% do orçamento do sector (DNOE, 2021)

Devido à crise financeira e económica que Angola atravessa, o orçamento para o sector da educação sofreu, entre 2014 e 2018, um corte de 52,5% (Botão & Matos, 2019). Segundo a DNOE (2021) existe uma evolução positiva do orçamento da educação que entre 2017 e 2019 corresponde a um crescimento anual de 12% e de 40% entre 2019 e 2021. O Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2021 prevê 1023,1 mil milhões de kwanzas para o setor da educação, o que corresponde a um aumento de 15% em relação ao OGE revisto de 2020.

As parcerias público-privadas na educação podem ser incentivadas como um complemento ao aumento dos gastos do governo (World Bank Group, 2018). De facto, a iniciativa privada assume um papel importante não só a nível do aumento do número de salas de aula, mas principalmente, ao nível do incremento da qualidade do processo formativo da população. O facto de existirem várias fragilidades no sistema de ensino público angolano permite ao sector privado uma série de oportunidades que devem ser exploradas e que beneficiarão ambas as partes (Botão & Matos, 2019).

Já o sistema de saúde de Angola reflete uma estrutura organizacional essencialmente curativa, ainda precária. O sistema de saúde de Angola apresenta enormes deficiências de estruturação e funcionamento, o que leva à baixa resolubilidade dos seus serviços. Assim, para a inversão da situação, Oliveira e Artmann (2009) consideram importante um grande investimento para a (re)construção e reestruturação da rede, para formação e contratação de recursos humanos e para aquisição de recursos e tecnologias. É necessário um grande investimento para aumentar a qualidade e acessibilidade dos cuidados primários de saúde, especialmente em comunidades pobres e áreas rurais (World Bank Group, 2018).

Estratégias inovadoras de financiamento e gestão podem ser empregues para gerar ganhos de eficiência no setor da saúde. Os esquemas de financiamento baseados no desempenho podem ser usados como ferramentas para modificar o comportamento dos provedores e administradores de saúde (World Bank Group, 2018). Segundo a Direção Nacional do Orçamento do Estado (DNOE, 2021), no período de 2017 a 2021, o sector da saúde apresenta um sucessivo incremento

²⁴ Estas áreas a destacar: Educação pré-escolar, Ensino Primário, Secundário e Superior artigo n.º 17 da Lei no 32/20-Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (https://www.ipls.ao/wp-content/uploads/2020/08/Lei-3_20-de-12-de-Agosto-Lei-de-Bases-do-Sistema-de-Eucacao-e-Ensino-altera-a-Lei-17_16.pdf).

orçamental, sendo que, de forma acumulada, corresponde a um aumento de 1.165% entre 2017 e 2021. No OGE de 2021, a saúde tem um peso de 5,7%, que corresponde a mais de 851 mil milhões, representando um incremento de 24% em relação ao OGE 2020 revisto.

1.3.5 Investimento em petróleo e gás

O petróleo bruto tem sido explorado comercialmente em Angola desde a sua descoberta na década de 1950. Após a independência do país e para assumir a missão de gerir essa extraordinária riqueza, de forma a transformá-la em desenvolvimento para o povo angolano, foi criada a Sonangol-Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP²⁵. O setor petrolífero em Angola contribui para um terço do PIB e para mais de 90% das exportações (World Bank, 2020a). Apesar de ser um país produtor de petróleo, Angola tem somente uma pequena refinaria em funcionamento que não oferece capacidade para satisfazer a procura do rápido crescimento económico nacional. Foi criado um projeto de construção de uma refinaria de grande capacidade, no Lobito-Benguela.

1.4 Impactos dos investimentos públicos no meio empresarial

Nos últimos anos tem se notado, que o setor público tem envolvido o setor privado em diferentes questões na criação e operação das infraestruturas, com acordos com parcerias público-privadas. No entanto, na perspetiva de Rocha (2008) as políticas públicas e as estratégias empresariais devem ter capacidade de agirem no sentido de maximizarem os resultados dos investimentos. Apesar disso todos os investimentos estão sujeitos a riscos e incertezas de comportamentos macroeconómicos e o comercio internacional.

Para o entendimento do papel do investimento público sobre o privado Wiafe et al. (2015) e Afonso e Aubyn (2009) referem que é importante perceber os conceitos de *crowding-out* e *crowding-in* dos gastos do governo em investimento. Para Andrade e Duarte (2014), o efeito *crowding-out*, corresponde a uma situação particular em que, na sequência de um aumento da despesa pública (investimento) do Estado, se verifica uma redução no investimento privado e de outras componentes da despesa agregada sensíveis à evolução das taxas de juro. Este efeito é justificado pelo facto de existir na economia um mecanismo de transmissão entre o mercado monetário e o mercado de bens e serviços. O efeito *crowding-in* designa uma situação em que se verifica um aumento no investimento privado em resultado de um aumento da despesa pública (investimento público), por exemplo através da construção ou melhoria de infraestruturas físicas tais como, estradas,

²⁵ O Decreto-lei Nº 52/76 estabeleceu a Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. É a concessionária exclusiva para a exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos no subsolo e na plataforma continental de Angola. As suas atividades abrangem prospeção, pesquisa, desenvolvimento, comercialização, produção, armazenagem, transporte e refinação dos hidrocarbonetos e dos seus derivados e podem ser desempenhadas de forma autónoma ou em associação com empresas estrangeiras.

autoestradas, redes de saneamento, portos, aeroportos e linhas de caminhos-de-ferro (Andrade & Duarte, 2014; Afonso & Aubyn, 2009).

Segundo o Banco Mundial (World Bank, 2014), o investimento público tem um impacto direto na economia ao canalizar recursos para a produção de novos capitais públicos e indireto ao aumentar os retornos de fatores de produção privados. Para Rocha (2008), os investimentos públicos têm de criar externalidades positivas para o investimento privado contribuindo, assim, para a criação de um bom ambiente geral para os investimentos e a competitividade. Apesar dos investimentos públicos consideráveis e sustentado, as infraestruturas em Angola são ainda relativamente insuficientes para satisfazer as necessidades básicas na maioria das regiões, como sejam o acesso a redes elétricas, estradas, fontes de água salubre, saneamento, telecomunicações e serviço de internet (ANEME, 2016).

2. Metodologia

2.1 Objetivo

Para além da revisão bibliográfica, para alcançar o objetivo de perceber se existe uma relação entre a taxa de câmbio e o investimento público e privado de Angola, numa perspetiva da gestão do investimento público, recorrer-se-á a informações estatísticas disponibilizadas publicamente no portal do Banco Mundial “*World Bank Data*” (<https://data.worldbank.org/country/angola?view=chart>) e pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (<https://www.ine.gov.ao>), para os anos económicos de 2008 a 2019. Na sequência do objetivo deste trabalho de investigação vai tentar perceber-se a forma como as variações registadas na taxa de câmbio afetam algumas das variáveis macroeconómicas mais relevantes na economia angolana, como o Produto Interno Bruto, em particular o investimento público e privado realizado na economia.

Para uma economia em vias de desenvolvimento, como a economia de Angola, não existem muitos dados estatísticos fiáveis e disponíveis nem é acessível informação para todo o tipo de variáveis macro e microeconómicas. Assim, para desenvolver a componente empírica do estudo foram selecionadas as seguintes variáveis PIB *per capita*, PIB medido em dólares americanos considerando a paridade do poder de compra, o investimento nacional líquido em ativos não financeiros, as reservas totais (incluindo ouro), as reservas totais medidas em % da dívida externa total e a despesas geral de consumo final do governo assim como a despesa total da economia. Adicionalmente considera-se o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) medido em percentagem do PIB. Acresce a estas variáveis aquela que se refere ao ambiente empresarial, nomeadamente o número de empresas existentes. A taxa de câmbio oficial medida em dólares americanos é a variável que se pretende utilizar para explicar a evolução das restantes. A seleção e definição de cada uma destas variáveis explica-se de seguida.

2.2 Base de dados e variáveis

No Banco Mundial, o *Development Data Group* coordena o trabalho estatístico e de dados e mantém uma serie temporal de dados estatísticos. Este grupo é guiado por padrões profissionais na recolha, compilação e disseminação de dados para garantir que todos os utilizadores de dados possam ter confiança na qualidade e integridade dos dados produzidos. De facto, são necessários dados fiáveis e comparáveis, porque recolhidos utilizando a mesma metodologia, para estabelecer linhas de base, identificar ações públicas e privadas eficazes, estabelecer metas, monitorizar o progresso das políticas e medidas públicas e avaliar os impactos das mesmas Banco Mundial (World Bank, 2022), O Banco Mundial trabalha para ajudar os países em desenvolvimento a melhorar a capacidade, eficiência e eficácia dos sistemas estatísticos nacionais e, por este motivo, os dados recolhidos na sua base de dados são os utilizados neste trabalho. Desta base de dados foram recolhidas as variáveis PIB *per capita*, PIB medido em dólares americanos considerando a paridade do poder de compra, o investimento nacional líquido em ativos não financeiros, as reservas totais (incluindo ouro), as reservas totais medidas em % da dívida externa total e a despesas geral de consumo final do governo, a despesa total da economia, o IDE e a taxa de câmbio oficial.

Adicionalmente, foi recolhida informação no Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola. Esta é reconhecida nacional e internacionalmente como a instituição estatística de referência na economia (INE-Angola, 2022). Nas bases de dados desta instituição foram recolhidos os dados referentes ao número de empresas oficialmente registadas em Angola.

Na Tabela 4, são identificadas cada uma das variáveis em estudo, é feita a descrição das mesmas e indicada a unidade de medida de cada uma.

Tabela 4: Identificação e descrição das variáveis em estudo

Variável	Descrição	Unidade de medida
PIB <i>per capita</i>	O PIB <i>per capita</i> é o produto interno bruto dividido pela população (medida a meio do ano). O PIB é a soma do valor bruto adicionado por todos os produtores residentes na economia mais quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem fazer deduções por depreciação de bens fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais.	Dólar americano (US\$) a preços constantes de 2015
PIB em Paridade do Poder de Compra	PIB em paridade do poder de compra é o produto interno bruto convertido em dólares internacionais usando taxas de paridade de poder de compra. Um dólar internacional tem o mesmo poder de compra sobre o PIB que o dólar americano tem nos Estados Unidos. O PIB é a soma do valor bruto agregado por todos os produtores residentes no país mais quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem fazer deduções por depreciação de bens fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais.	Dólar americano (US\$) a preços constantes de 2017
Investimento líquido em ativos não financeiros	O investimento líquido em ativos não financeiros do governo inclui ativos fixos, stock, valores e ativos não produzidos. Os ativos não financeiros são reservas de valor e fornecem benefícios através de seu uso na produção de bens e serviços ou na forma de rendimento de propriedade e ganhos de detenção. O investimento líquido em ativos não financeiros também inclui o consumo de capital fixo.	Porcentagem (%) do PIB
Taxa de câmbio oficial	A taxa de câmbio oficial refere-se à taxa de câmbio determinada pelas autoridades nacionais ou à taxa determinada no mercado de câmbio legalmente sancionado. É calculado como uma média anual com base em médias mensais	Unidades de moeda local "Kwanza-kz" em relação ao dólar americano
Reservas Totais (incluindo ouro)	As reservas totais incluem ouro monetário, direitos de saque especiais, reservas de membros do FMI detidas pelo FMI e reservas de divisas sob o controlo das autoridades monetárias. O componente de ouro dessas reservas é avaliado a preços de final de ano (31 de dezembro) em Londres.	Dólar Americano (US\$)
Reservas Totais	Reservas internacionais para o stocks total da dívida externa.	Porcentagem (%) da dívida externa
Número de empresas existente	O número de empresas existentes refere-se a todas as empresas registadas de acordo a lei, em atividade ou com atividade suspensa.	Número (Nº)
Despesas geral de consumo final do governo	As despesas de consumo final das administrações públicas (anteriormente consumo das administrações públicas) incluem todas as despesas correntes das administrações públicas para aquisição de bens e serviços (incluindo remunerações dos empregados). Também inclui a maioria dos gastos com defesa e segurança nacional, mas exclui os gastos militares do governo que fazem parte da formação de capital do governo.	Dólar Americano (US\$) a preços contantes de 2015
Despesa total	A despesa total inclui: despesas total do governo em educação, saúde doméstica, despesas militares, despesas geral do consumo final do governo (esta por sua parte, engloba todas as despesas correntes das administrações públicas para aquisição de bens e serviços, incluindo remunerações dos empregados).	Porcentagem (%) do PIB
Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	O investimento estrangeiro direto é a entrada líquida de investimento para adquirir uma participação gerencial duradoura (10% ou mais do capital votante) em uma empresa que opera em uma economia diferente da do investidor. É a soma do capital próprio, reinvestimento de lucros, outro capital de longo prazo e capital de curto prazo, conforme mostrado na balança de pagamentos. Esta série mostra entradas líquidas (entradas de novos investimentos menos desinvestimentos) na economia inquirida de investidores estrangeiros e é dividida pelo PIB.	Porcentagem (%) do PIB

Fonte: Elaboração própria com base na informação disponibilizada pelo Banco Mundial e INE- Angola

2.3 Modelos estatísticos de análise de dados

Os modelos económicos postulam, geralmente, a existência conjunta e simultânea de várias relações entre pelo menos duas variáveis. A representação esquemática e simplificada da relação entre a variável dependente (aquela que se pretende explicar) e as suas determinantes (as variáveis independentes ou explicativas) tem como base uma equação de comportamento que traduz o processo de decisão de agentes económicos. Esta relação possui uma natureza estocástica - inclui parâmetros desconhecidos e um termo de erro associado às características específicas de cada observação (Johnston & DiNardo, 2001; Wooldridge, 2006).

A relação mais simples entre as variáveis, é uma relação linear que pode ser estimada através do modelo econométrico dos mínimos quadrados – modelo OLS, dada a sua designação em inglês, como já referido (*Ordinary Least Squares*). Este modelo garante que se estime a relação entre as variáveis (explicadas e explicativas) minimizando os erros que podem surgir pelo facto de a relação ser estocástica (não exata). Assim, o objetivo da regressão linear utilizando o modelo OLS é estimar a forma como a variação de uma (ou mais) variável explicativa influencia a variação da variável que se pretende explicar.

No caso concreto deste trabalho e face ao objetivo definido, a variável explicativa é a taxa de câmbio oficial entre o Kwana e o dólar americano. Esta variável servirá para perceber como é que as suas variações influenciam as variações ocorridas na economia angolana, principalmente no investimento público realizado. Para complementar esta análise vai também usar-se o modelo OLS para explicar como a variação da taxa de câmbio influenciou outro tipo de investimento como o IDE ou o investimento privado na criação de empresas.

Sendo a base de dados aqui utilizada uma base de dados temporal, mas que, por dificuldade de obtenção de dados estatísticos, se refere a um curto espaço de tempo, optou-se por estimar modelos de regressão linear simples com apenas uma variável explicativa, como a seguir se descreve na equação 1 (Johnston & DiNardo, 2001; Gujarati, 2003):

$$Y_t = \alpha + \beta_t X_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

Na equação (1), Y_t representa a variável explicada (dependente), α representa a constante do modelo, β_t é o coeficiente estimado para a variável explicativa (independente) X_t e ε_t é o termo de erro. Finalmente, t representa o período de tempo em análise, ou seja, $t = 1, 2, 3, \dots, n$.

Para verificar se a estimação é satisfatória vai utilizar-se o coeficiente de determinação R^2 , que indica qual a percentagem da explicação da variação da variável dependente é explicada por variações ocorridas na variável independente. Quanto mais próximo de um for o valor deste coeficiente melhor as variações da variável independente explicam os resultados da variável dependente, ou seja, mais satisfatória é a relação estimada entre as variáveis.

Antes de serem apresentadas as estimações entre variáveis realizadas através do modelo OLS, será feita uma análise descritiva de cada variável em estudo – serão adotadas medidas de centralidade (média) e de variação (valor mínimo, valor máximo e desvio padrão). Será ainda

apresentada uma análise da evolução, ao longo do tempo, para cada variável apresentando a taxa de crescimento anual (r), dada pela fórmula $r = \left(\frac{X_t}{X_{t-1}} - 1\right) \times 100$ e a taxa de crescimento médio (r_m) de cada uma das variáveis para o período de tempo com dados disponíveis, dada pela fórmula $r_m = \left[\sqrt[n]{\left(\frac{X_t}{X_{t-n}}\right)} - 1 \right] \times 100$. Pretende-se desta forma perceber como evoluíram no tempo as variáveis em estudo.

Por fim, antes da estimação OLS será apresentada a correlação de Pearson entre as variáveis, de forma a perceber qual a força da relação entre as variáveis em estudo e se essa relação é, ou não, estatisticamente significativa.

3. Resultados: análise e discussão

3.1 Análise descritiva das variáveis em estudo

Na tabela seguinte (Tabela 5) é possível observar os valores anuais de cada uma das variáveis em estudo no presente trabalho, assim como as taxas de crescimento anuais para cada variável e taxa de crescimento anual média das mesmas para o período em que os dados estão disponíveis. Recorde-se que as variáveis em estudo são: PIB per capita, PIB medido em dólares americanos considerando a paridade do poder de compra, o investimento nacional líquido em ativos não financeiros, as reservas totais (incluindo ouro), as reservas totais medidas em % da dívida externa total, as despesas gerais de consumo final do governo, a despesa total da economia, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), medido em percentagem do PIB, o número de empresas registadas oficialmente na economia e a taxa de câmbio oficial da moeda angolana medida em dólares americanos²⁶.

²⁶ Neste trabalho gostaria de se ter estudado a evolução pública em despesas com investigação e desenvolvimento em percentagem ao PIB. No entanto, tal não foi possível por não existir informação estatística disponível. Só existe informação para o ano de 2016, mostrando que é um valor residual no total do investimento público. Corresponde apenas a cerca de 3% do PIB.

Tabela 5: Série temporal dos valores para as variáveis em estudo e respetivas taxas de crescimento anuais e taxa de crescimento médio anual

Anos	PIB <i>per capita</i>		PIB em Paridade do Poder de Compra		Investimento líquido em ativos não financeiros		Taxa de câmbio oficial		Reservas Totais (incluindo Ouro)		Reservas Totais		Número de empresas existente		Despesas geral do consumo final do governo		Despesas Total		Investimento Direto Estrangeiro, entradas líquidas	
	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual	Valor	Taxa de crescimento anual
2008	4 077,8	----	170 622,6	----	13,4	----	75,0	----	17 869,4	----	114,6	----	----	----	16 451,5	----	22,5	----	1,9	----
2009	3 963,2	-2,81	172 087,8	0,86	8,5	-36,41	79,3	5,72	13 664,1	-23,53	67,4	-41,19	----	----	14 932,1	-9,24	27,2	20,79	3,1	65,41
2010	3 988,6	0,64	179 666,4	4,40	8,5	-0,42	91,9	15,86	19 678,7	44,02	73,4	8,98	----	----	15 687,6	5,06	26,3	-3,28	-3,9	-222,78
2011	3 979,8	-0,22	185 904,4	3,47	7,3	-14,54	93,9	2,21	27 039,8	37,41	78,7	7,12	----	----	19 960,1	27,23	26,4	0,51	-2,7	-29,76
2012	4 167,1	4,71	201 784,7	8,54	6,8	-6,72	95,5	1,63	31 161,8	15,24	84,5	7,47	----	----	20 084,3	0,62	25,9	-1,99	-1,1	-57,71
2013	4 221,0	1,29	211 782,2	4,95	11,6	71,44	96,5	1,10	31 500,8	1,09	71,5	-15,46	36 377,0	----	24 378,9	21,38	31,6	22,08	-5,2	355,35
2014	4 272,5	1,22	221 995,6	4,82	13,3	14,55	98,3	1,85	27 032,3	-14,19	58,2	-18,59	41 484,0	14,04	20 932,0	-14,14	26,9	-14,92	2,5	-148,20
2015	4 167,0	-2,47	224 090,3	0,94	4,1	-69,38	120,1	22,13	23 790,5	-11,99	48,3	-16,99	43 199,0	4,13	19 093,9	-8,78	24,3	-9,89	8,6	243,84
2016	3 924,6	-5,82	218 308,7	-2,58	3,8	-6,07	163,7	36,31	23 672,2	-0,50	40,9	-15,25	47 705,0	10,43	17 083,6	-10,53	20,6	-15,22	-0,2	-102,06
2017	3 790,8	-3,41	217 987,3	-0,15	----	----	165,9	1,38	17 455,3	-26,26	29,5	-27,94	51 293,0	7,52	17 130,4	0,27	19,2	-6,63	-6,1	3 312,08
2018	3 595,1	-5,16	213 619,7	-2,00	----	----	252,9	52,40	15 410,4	-11,72	24,4	-17,36	54 965,0	7,16	16 837,7	-1,71	15,5	-19,49	-6,4	5,16
2019	3 458,7	-3,80	212 285,3	-0,62	----	----	364,8	44,28	16 334,9	6,00	25,3	3,98	----	----	16 568,4	-1,60	13,5	-12,88	-4,6	-28,04
Taxa de crescimento médio no período	-1,49		2,01		-14,52		15,46		-0,81		-12,82		8,61		0,06		-4,57		-208,35	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Para a maioria das variáveis considera-se um período temporal de onze anos - de 2008 a 2019. No entanto, para algumas das variáveis o período para o qual estão disponíveis dados estatísticos é menor. É o caso da variável que mede o número de empresas existentes. Para esta variável só existe informação para os anos de 2013 a 2018. Para variável investimento líquido em ativos não financeiros só existe informação disponível para os anos de 2008 a 2016.

Da análise da Tabela 5, é possível realizar as seguintes observações.

A economia mundial passou por um período de crise em 2008, que afetou, igualmente a economia angolana, como já descrito na secção 1 deste trabalho. Assim, a variável que mede o PIB *per capita*, registou uma taxa de crescimento negativa (-2,81%) para o ano de 2009. Esta situação demorou alguns anos e em 2012 as variáveis PIB *per capita* e PIB medido em paridade do poder de compra, registaram uma taxa de crescimento anual alta de 4,71% e 8,54% na economia angolana. Os investimentos líquidos em ativos não financeiros, após as eleições e a crise de 2012, aumentaram. O governo angolano apostou na realização destes investimentos – esta variável registou uma taxa de crescimento de 71,44% em 2013. Também a despesa total e a despesa geral de consumo final do governo registaram um crescimento anual de 21,38% e 22,08%, em 2013. Já a taxa de crescimento anual do Investimento Direto Estrangeiro, cresceu em 2013 cerca de 355,35%, mas não se manteve devido as variações que a economia angolana tem passado e descritas anteriormente.

De 2015 a 2019 a economia angolana encontra-se em regressão atingindo o pico máximo de crescimento negativo anual (-5,82% e -2,58%) em 2016 para variáveis PIB *per capita*, PIB medido em paridade do poder de compra. Também a despesa total e a despesa geral de consumo final do governo registaram um decréscimo (10,53% e 15,22%, respetivamente).

Quanto à variável número de empresas existente, registou uma tendência sempre crescente ao longo do período de 2014 a 2018 (com o mínimo de 36.377 empresas registadas em 2014 e o máximo de empresas registada de 54.965, em 2018). O Investimento Direto Estrangeiro, registou um crescimento robusto em 2017 apresentando uma taxa de crescimento anual em relação ao ano anterior de 3312,08% que se pensa ser devido à depreciação da moeda. Após a implementação do regime cambial flutuante, a moeda nacional teve uma reação de depreciação de uma forma exagerado às mudanças da política monetária atingindo o pico de 52,40 % em 2018. A taxa de câmbio, variável que neste estudo será usada como variável explicativa da variação dos restantes, verifica-se que existiu um crescimento anual em 2010 de 15,86 %, devido ao ajustamento da moeda nacional. A partir de 2015 quando o governo decidiu implementar políticas de depreciação, a taxa de crescimento anual da variável aumentou 22,13%. Em média, no período em estudo, a taxa de câmbio (que se mede ao incerto) apresentou um crescimento médio anual de 15,46%, mostrando a clara depreciação do kwanza em relação ao dólar americano.

Para as variáveis reservas totais (incluindo ouro) e reservas totais em % da dívida externa total, em 2010 a taxa de crescimento anual foi de 44,02 % e 8,98 %, respetivamente. Após esse período as reservas caíram gradualmente, houve um decréscimo de 26,26 % e 27,94 % em 2017,

respetivamente, devido à utilização das reservas para realizar a gestão de políticas monetárias e cambial por parte do Banco Nacional de Angola. Houve uma recuperação de 6% e 3,98% em 2019.

Note-se que, em média, no período em análise, as variáveis PIB *per capita*, Investimento líquido em ativos não financeiros, Reservas totais-incluindo ouro, Reservas Totais, Despesa total e Investimento estrangeiro entradas líquidas apresentaram uma taxa de crescimento médio negativo no período. As variáveis PIB em Paridade do Poder de Compra, Taxa de Câmbio Oficial, Número de empresas existente e Despesa geral do consumo geral do Governo apresentaram uma taxa de crescimento médio positivo no período para o qual existem dados estatísticos disponíveis.

A Tabela 6, em baixo, possibilita observar os resultados da distribuição estatística para o conjunto das variáveis em estudo considerando um período temporal de onze anos de 2008-2019, com a exceção das duas variáveis já referidas para as quais existe uma menor série temporal anual.

Tabela 6: Distribuição estatística dos valores das variáveis em estudo no período em análise

Variáveis	Unidade de medida	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PIB <i>per capita</i>	US\$	3 967,2	3 984,2	248,7	3 458,7	4 272,5
PIB em Paridade do Poder de Compra	Milhares de US\$	202 511,2	212 033,7	19 954,3	170 622,6	224 090,3
Investimento líquido em ativos não financeiros	% do PIB	8,6	8,5	3,6	3,8	13,4
Taxa de câmbio oficial	Kwanza-kz	141,5	97,4	86,8	75,0	364,8
Reservas Totais (incluindo Ouro)	Milhares de US\$	22 050,8	21 675,4	6 171,8	13 664,1	31 500,8
Reservas Totais	% do PIB	59,7	62,8	27,3	24,4	114,6
Número de empresas existente	Número	45 837,2	45 452,0	6 811,4	36 377,0	54 965,0
Despesas geral do consumo do governo	Milhares de US\$	18 261,7	17 107,0	2 696,8	14 932,1	24 378,9
Despesa total	% do PIB	23,3	25,1	5,3	13,5	31,6
Investimento Direto Estrangeiro, entradas líquidas	% do PIB	-1,2	-1,9	4,5	-6,4	8,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Face ao valor apresentado na tabela, verifica-se que o PIB *per capita* registou o máximo de 4.272,46 dólares americanos em 2014 e o mínimo de 3.458,65 dólares americano em 2019, com uma taxa de crescimento médio anual negativa de 1,49 %. Em média, cada angolano teve um rendimento anual de cerca de 3.967 dólares americanos, entre 2008 e 2019. Já o PIB medido em paridade do poder de compra apresenta uma taxa de crescimento média anual crescente de 2,01%, com uma média de 202.511,24 milhares de dólares americano no período em estudo. Os investimentos líquidos em ativos não financeiros, apresentam uma taxa de crescimento média anual de (14,52%) em percentagem do PIB, com uma média de 8,59 em percentagem do PIB no período.

A taxa de câmbio teve um crescimento médio anual de 15,46%, com uma média de 141,48 AOA por dólar americano, o seu máximo foi de 364,83 AOA/USD em 2019.

O número de empresas em Angola tem vindo a crescer registando uma taxa de crescimento médio anual de 8,61%, com um máximo de 54.965 e uma média de 45.837 empresas registadas, em atividade ou com atividade suspensa, de acordo com a definição desta variável prevista na legislação. Já as reservas totais (em % da dívida externa total) tem diminuído muito registando uma taxa de crescimento médio anual negativo de 12,82%, com o máximo de 114,58 em 2008 e mínimo de 24,4, em 2018, em percentagem do PIB.

As despesas gerais de consumo final do governo, não apresentaram uma taxa de crescimento médio anual muito relevante, com uma mediana de 17.106,98 milhares de dólares americano. A despesa total registou uma taxa de crescimento média anual negativa de 4,57% (esta variável é medida em percentagem ao PIB), com um máximo de 31,64% e um mínimo de 13,47%. O IDE, medido em entradas líquidas em percentagem do PIB, registou uma taxa de crescimento médio anual excessivamente baixa e negativa de 208,35%. Estes resultados indicam que há um claro desinvestimento por parte dos investidores estrangeiros.

Na Tabela 7 apresentam-se os valores do coeficiente de correlação de Pearson entre cada par de variáveis. Este é um coeficiente de correlação que mede a relação estatística entre duas variáveis contínuas e pode ter um intervalo de valores de +1 a -1. Um valor de 0 indica que não há associação entre as duas variáveis. Um valor maior que 0 indica uma associação positiva. Isto é, à medida que o valor de uma variável aumenta, o mesmo acontece com o valor da outra variável. Um valor menor que 0 indica uma associação negativa. Isto é, à medida que o valor de uma variável aumenta, o valor da outra diminui. Em sumário é possível indicar que: (i) o valor 0 indica a ausência de uma relação linear, (ii) uma relação linear positiva perfeita é indicada por +1 (isto significa que se o valor de uma variável aumenta, o valor de outra variável também aumenta); (iii) uma relação linear perfeita negativa é indicada por -1, demonstrando que um aumento num valor diminui o valor de outra variável; (iv) a relação linear fraca positiva (negativa) é indicada por valores entre 0 e 0,3 (0 e -0,3); (v) uma relação positiva (negativa) moderada é indicada por valores entre 0,3 e 0,7 (-0,3 e -0,7); e, (vi) uma relação positiva (negativa) forte é indicada por valores entre 0,7 e 1,0 (-0,7 e -1,0) (Curtis et al., 2016).

Tabela 7: Correlação de Pearson entre as variáveis em estudo

	PIB <i>per capita</i>	PIB e Paridade do Poder de Compra	Investimento líquido em ativos não financeiros	Taxa de câmbio oficial	Reservas Totais (incluindo ouro)	Reservas Totais	Número de empresas existente	Despesa geral de consumo final do governo	Despesa total	Investimento Direto Estrangeiros, entradas líquidas
PIB <i>per capita</i>	1									
PIB e Paridade do Poder de Compra	-0,08	1,00								
Investimento líquido em ativos não financeiros	0,46	-0,29	1,00							
Taxa de câmbio oficial	-0,87***	0,44	-0,68**	1,00						
Reservas Totais (incluindo ouro)	0,70**	0,30	-0,04	-0,43	1,00					
Reservas Totais	0,65**	-0,72	0,58*	-0,76***	0,33	1,00				
Número de empresas existente	-0,95***	-0,09	-0,74	0,93 ***	-0,98***	-0,99***	1,00			
Despesa geral de consumo final do governo	0,59**	0,42	0,22	-0,28	0,88***	0,17	-0,92***	1,00		
Despesa total	0,88***	-0,29	0,42	-0,87***	0,62**	0,65**	-0,99***	0,56*	1,00	
Investimento Direto Estrangeiros, entradas líquidas	0,55*	-0,05	-0,22	-0,44	0,08	0,29	-0,37	-0,04	0,31	1,00

Notas: * indica um nível de significância estatística a 10%; ** indica um nível de significância estatística a 5%; *** indica um nível de significância estatística a 1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Os resultados apresentados na tabela anterior (Tabela 7) indicam que variável referente ao número de empresas e a variáveis reservas totais têm uma correlação negativa forte de (-0,99) e mais elevadas relativamente as outras variáveis. A sua relação apresenta um nível de significância estatística de 1%. As variáveis referentes à despesa total e número de empresas registadas correlacionam-se de forma negativa muito forte – apresenta um valor de -0,99 para um nível de significância de 1%. Também as variáveis relativas ao número de empresas e às reservas totais da economia (incluindo ouro) apresentam uma correlação negativa forte de (-0,98) para um nível de significância de 1%. O mesmo acontece para as variáveis referentes ao número de empresas e o PIB *per capita*, estas variáveis correlacionam-se de forma negativa forte com um valor de (-0,95), ao nível de significância de 1%. Por fim, as variáveis que medem a despesa geral de consumo final do governo e número de empresas existentes, correlacionam-se de forma negativa forte e estatisticamente significativa. O mesmo para as variáveis que medem a despesa total e a taxa de câmbio oficial, a taxa de câmbio oficial e o PIB *per capita* e as variáveis que medem as reservas totais da economia e a taxa de câmbio oficial.

Já as variáveis referentes ao número de empresas e à taxa de câmbio oficial apresentam uma correlação positiva forte de 0,93 e estatisticamente significativa para um nível de significância de 1%. A correlação entre as variáveis que medem a despesa geral de consumo final do governo e as suas reservas totais (incluindo ouro) têm uma correlação positiva forte com valor de 0,88 e com significância estatística de 1%. Também as variáveis referentes à despesa total do governo e o PIB *per capita*, correlacionam-se de forma positiva forte com um valor de 0,88 e um nível de significância de 1%. O mesmo para as variáveis que medem as reservas totais (incluindo ouro) e o PIB *per capita*, correlacionam-se de forma positiva forte com um valor de 0,70 e um nível de significância de 5%.

O facto de existir uma correlação positiva forte entre muitas variáveis ocorre apenas para este conjunto de dados não se verificando significância estatística. Ocorre, por exemplo, para as variáveis como o número de empresas e o investimento líquido em ativos não financeiros, têm uma correlação negativa forte com valor de (-0,74), mas não tem significância estatísticas. Outro exemplo é a correlação entre as variáveis reservas totais e o PIB medido em paridade do poder de compra que sendo forte e negativa com um valor de -0,72. Muitas das relações entre variáveis que apresentam uma relação mais fraca entre si (quer seja positiva ou negativa) não apresentam, também, significado estatístico. É o exemplo da relação entre a taxa de câmbio oficial e o PIB medido em paridade do poder de compra.

As relações que, em sumário, se descrevem acima e se apresentam com detalhe na Tabela 7, já permitem prever alguns dos resultados da estimação dos efeitos da variação da taxa de câmbio nas variáveis selecionadas para estudo. Os resultados dessas estimações apresentam-se na subsecção seguinte.

3.2 Resultados da estimação OLS

Nas tabelas seguintes serão apresentados os resultados da estimação OLS entre a variável explicativa taxa de câmbio e cada uma das variáveis que se pretendem explicar. Nas tabelas são apresentados os resultados dos modelos estimados utilizando os valores absolutos de cada variável e os resultados estimados utilizando os valores logaritmizados das variáveis. A utilização dos valores logaritmizados apresenta duas vantagens: por um lado permite uniformizar valores muito díspares na série temporal e, por outro lado, permite que a análise seja realizada em termos de variações percentuais, o que facilita a análise quando a variável explicativa e a variável explicada se encontram medidas em unidades de medida distintas. Estes últimos serão os valores que se descreverão na análise seguinte.

Nas tabelas apresenta-se os coeficientes estimados para a variável explicativa e a constante do modelo, o desvio padrão (entre parêntesis), assim como a significância estatística individual do coeficiente estimado. Adicionalmente é apresentado o coeficiente de determinação, R^2 , de cada modelo assim como o teste de significância conjunta (teste F). Para cada modelo são apresentadas as observações (anos) utilizadas na estimação.

Na tabela seguinte (Tabela 8), é apresentada a estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no PIB per capita da economia angolana.

Tabela 8: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no PIB per capita

Variáveis	PIB <i>per capita</i> (valores absolutos)		PIB <i>per capita</i> (valores em logaritmo)	
	Coeficiente estimado	Significância estatística	Coeficiente estimado	Significância estatística
Constante	4320,93 (78,91)	***	8,82 (0,097)	***
Taxa de câmbio	-2,50 (0,308)	***	-0,112 (0,0185)	***
R quadrado	0,761		0,734	
F(1,10)	65,79 ***		36,90 ***	
nº de observações	12		12	

Notas: *** Indica significância estatística para um nível de significância de 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Os resultados constantes na Tabela 8 indicam que com um nível de significância de 1%, ou seja, com 99% de confiança de 99%, uma variação positiva de 1% na taxa de câmbio (ou seja uma depreciação da moeda em 1%) fez diminuir o PIB *per capita* em cerca de -0,112%. O coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam cerca de 73,4% das variações ocorridas no PIB per capita no período em estudo – 12 anos. Os restantes 26,6% das variações do PIB serão explicadas por variáveis não incluídas neste modelo ou variáveis desconhecidas que se

incluem no termo de erro da regressão estimada. O teste de significância conjunta é, também, estatisticamente significativo, para um nível de significância de 1%, indicando um bom ajuste do modelo. De acordo com os resultados apresentados no referencial teórico, na abordagem de Araújo (2009), uma variação negativa da taxa de câmbio (depreciação da moeda) promove o aumento do crescimento e do PIB. Ora, esta situação não se observou em Angola. A estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no PIB *per capita* indica que a depreciação da moeda não contribuiu para o crescimento económico do país, quando medido em termos *per capita*.

Na tabela seguinte (Tabela 9), é apresentada a estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no PIB da economia angolana medido em paridade do poder de compra.

Tabela 9: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no PIB medido em paridade do poder de compra

Variáveis	PIB em Paridade do Poder de Compra (valores absolutos)		PIB em Paridade do Poder de Compra (valores em logaritmo)	
	Coefficiente estimado	Significância estatística	Coefficiente estimado	Significância estatística
Constante	188 175 (12 823,1)	***	11,63 (0,278)	***
Taxa de câmbio	101,32 (56,37)		0,119 (0,054)	*
R quadrado		0,19		0,329
F(1,10)		3,23		0,26
nº de observações		12		12

Notas: * indica um nível de significância estatística a 10%; *** indica um nível de significância estatística a 1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Da observação dos resultados constantes na Tabela 9 verifica-se que com um nível de significância de 10%, ou seja, com 90% de confiança, uma variação positiva de 1% na taxa de câmbio (ou seja uma depreciação da moeda em 1%) faz aumentar o PIB angolano, medido em paridade do poder de compra, em cerca de 0,119%. O coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam cerca de 32,9 % das variações ocorridas no PIB medido em paridade do poder de compra no período de 12 anos em estudo. Os restantes 67,1 % das variações do PIB medido em paridade do poder de compra serão explicadas por variáveis não incluídas neste modelo ou variáveis desconhecidas que se incluem no termo de erro da regressão estimada. Se em termos individuais a depreciação da moeda não conduziu a um crescimento da riqueza por habitante, é possível observar que teve um efeito positivo a nível macroeconómico, mesmo que esse efeito seja quase nulo (um efeito positivo residual).

A Tabela 10 apresentada os resultados da estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no Investimento líquido em ativos não financeiros na economia angolana – a variável que efetivamente mede o investimento público em Angola.

Tabela 10: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no Investimento líquido em ativos não financeiros (investimento público)

	Investimento líquido em ativos não financeiros (valores absolutos)		Investimento líquido em ativos não financeiros (valores em logaritmo)	
	Coefficiente estimado	Significância estatística	Coefficiente estimado	Significância estatística
Constante	17,89 (2,25)	***	9,233 (0,926)	***
Taxa de câmbio	-0,091 (0,016)	***	-1,56 (0,19)	***
R quadrado	0,45		0,6	
F(1,7)	30,24***		64,39***	
nº de observações	9		9	

Notas: *** indica um nível de significância estatística a 1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Os resultados constantes na Tabela 10 indicam que com um nível de significância de 1%, ou seja, com 99% de confiança, uma variação positiva de 1% na taxa de câmbio (ou seja uma depreciação da moeda em 1%) faz diminuir o Investimento líquido em ativos não financeiros em cerca de -1,56%. Ou seja, faz diminuir o investimento público realizado na economia. Neste caso considera-se que o coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam cerca de 60% das variações ocorridas no Investimento líquido em ativos não financeiros no período em estudo – neste caso existe informação para apenas um período de 9 anos. Os restantes 40% das variações do Investimento líquido em ativos não financeiro serão explicadas por variáveis não incluídas neste modelo ou variáveis desconhecidas que se incluem no termo de erro da regressão estimada. Neste caso em concreto, a percepção de que os investimentos líquidos em ativos não financeiros são negativamente influenciados por variações da taxa de câmbio, pode ser analisada tendo em consideração a preocupação de longo prazo em termos de crescimento e desenvolvimento económico (World Bank, 2013). Este resultado pode ser explicado diante do contexto socioeconómico vivido pelo país nos últimos anos, tal como foi descrito na primeira secção deste trabalho. A necessidade de depreciar a moeda para fazer face ao decréscimo do preço do petróleo na economia mundial não permite o crescimento do investimento público.

Na tabela seguinte (Tabela 11), é apresentada a estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no número de empresas existentes (pelo menos registadas) na economia angolana.

Os resultados constantes na Tabela 11 indicam que com um nível de significância de 1%, ou seja, com 99% de confiança, uma variação positiva de 1% na taxa de câmbio (ou seja uma depreciação da moeda em 1%) fez aumentar o número de empresas oficialmente registadas em cerca de 0,382%. O coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam cerca de 88,5% das variações ocorridas no número de empresas existente no período em estudo. Infelizmente é apenas possível obter o nº de empresas registadas em Angola para um período de 6 anos.

Tabela 11: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no número de empresas registadas em Angola

Variáveis	Número de empresas existentes (valores absolutos)		Número de empresas existente (Valores em logaritmo)	
	Coefficiente estimado	Significância estatística	Coefficiente estimado	Significância estatística
Constante	29884,2 (2574,73)	***	8,833 (0,228)	***
Taxa de câmbio	106,67 (14,47)	***	0,382 (0,0445)	***
R quadrado	0,85		0,885	
F(1,4)	54,31***		73,61***	
nº de observações	6		6	

Notas: *** indica um nível de significância estatística a 1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Tal como explicado nas tabelas anteriores, os restantes 11,5% das variações do número de empresas existente serão explicadas por variáveis não incluídas neste modelo ou variáveis desconhecidas que se incluem no termo de erro da regressão estimada. De facto, o número de empresas registadas em Angola tem vindo a crescer. Uma depreciação da moeda trará maior competitividade internacional para empresas nacionais exportadoras (Harchaoui et al., 2005) e assim incentiva-se o registo de uma maior quantidade de empresas, nomeadamente aquelas com capacidade de exportar. Este resultado reflete o facto de que o governo tem estado empenhado em incentivar e promover as exportações criando leis, agências, programas e instituições que se materializam no mercado formal através de empresas registadas.

Na Tabela 12 é apresentada a estimação do efeito da variação da taxa de câmbio nas reservas totais da economia angolana.

Tabela 12: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio nas reservas totais da economia angolana

variáveis	Reservas Totais (valores absolutos)		Reservas Totais (valores em logaritmo)	
	Coefficiente estimado	Significância estatística	Coefficiente estimado	Significância estatística
Constante	93,6 (10,045)	***	8,57 (0,5882)	***
Taxa de câmbio	-0,23 (0,058)	***	-0,951 (0,124)	***
R quadrado	0,57		0,854	
F(1,10)	116,98***		58,69***	
nº de observações	12		12	

Notas: *** indica um nível de significância estatística a 1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Os resultados constantes na Tabela 12 indicam que com um nível de significância de 1%, ou seja, com 99%, uma variação positiva de 1% na taxa de câmbio (ou seja uma depreciação da moeda em 1%) faz diminuir as reservas totais em cerca de -0,951%. O coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam cerca de 85,4% das variações ocorridas nas reservas totais no período em estudo – 12 anos. Esta evidência encontra-se também no estudo de Lariua et al. (2016). Nesse estudo, os autores concluíram que a depreciação da moeda angolana e nigeriana teve um impacto de redução nas reservas internacionais. Esta situação pode ser explicada devido à implementação de políticas monetárias que o governo passou a usar após 2015. A flexibilidade da taxa de câmbio em Angola fez com que a moeda depreciasse, temporariamente, de forma exagerada: Esta mudança drástica de política monetária pretendeu reduzir o diferencial entre o mercado formal e o mercado paralelo de câmbio de moeda nacional face ao dólar americano. Depois de analisadas os impactos da variação da taxa de câmbio (em específico da depreciação de 1% da moeda nacional angolana em relação ao dólar americano), em algumas variáveis macroeconómicas, é fundamental analisar agora o impacto desta depreciação na despesa total do governo na educação, saúde e defesa militar. Assim, na Tabela 13 é apresentada a estimação do efeito da variação da taxa de câmbio na despesa geral de consumo final do governo da economia angolana.

Tabela 13. Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio na despesa geral de consumo final do governo

Variáveis	Despesa geral de consumo final do governo (Valores absolutos)		Despesa geral de consumo final do governo (valores em logaritmo)	
	Coefficiente estimado	Significância estatística	Coefficiente estimado	Significância estatística
Constante	19471,9 (1820,78)	***	10,1 (0,410)	***
Taxa de câmbio	-8,55 (6,69)		-0,063 (0,075)	
R quadrado		0,075		0,048
F(1,10)		1,63		0,691
nº de observações		12		12

Notas: *** indica um nível de significância estatística a 1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Os resultados constantes na Tabela 13 não apresentam qualquer significado estatístico, não se podendo inferir sobre este resultado. No período em análise, uma variação positiva de 1% na taxa de câmbio (ou seja, uma depreciação da moeda em 1%) fez diminuir as despesas gerais de consumo do governo em cerca de -0,063%. A estimação não é, também, satisfatória pois, o coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam apenas cerca de 4,8 % das variações ocorridas na despesa geral de consumo do governo no período em estudo – 12 anos. Este resultado mostra que a despesa total pública pode não ser completamente explicada

por variações da taxa de câmbio, ou seja, que esta não será a variável fundamental para explicar as variações deste tipo de despesa pública.

Quando a análise é realizada tendo em conta a despesa total pública da economia angolana, os resultados parecem ser mais satisfatórios, em termos de significância estatística, tal como se pode observar na Tabela 14. Nesta tabela é apresentada a estimação do efeito da variação da taxa de câmbio na despesa total pública realizada na economia angolana ao longo do período de estudo.

Tabela 14: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio na despesa total da economia angolana

Variáveis	Despesa total (Valores absolutos)		Despesa total (Valores em logaritmo)	
	Coefficiente estimado	Significância estatística	Coefficiente estimado	Significância estatística
Constante	30,83 (1,44)	***	5,3839 (0,311)	***
Taxa de câmbio	-0,05 (0,0070)	***	-0,468 (0,059)	***
R quadrado	0,75		0,831	
F(1,10)	57,15***		62,49***	
nº de observações	12		12	

Notas: *** indica um nível de significância estatística a 1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Da observação feita, os resultados constantes na Tabela 14 indicam que com um nível de significância de 1%, ou seja, com 99% de confiança, uma variação positiva de 1% na taxa de câmbio (ou seja uma depreciação da moeda em 1%) fez diminuir a despesa total em cerca de -0,5%. Neste caso considera-se que o coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam cerca de 83,1% das variações ocorridas na despesa total no período em estudo – 12 anos. Deve-se ter em conta, que a depreciação diminuiu a despesa pública total da economia (Atella et al., 2013). Ora, o investimento público em Angola depende, também, do nível das despesas totais realizadas pelo governo nos diferentes sectores de atividade do país – ora tal despesa total diminuiu com a depreciação da moeda. Note-se, no entanto, que um outro aspeto merece atenção - o fenómeno da corrupção (Dabla-Norris et al., 2012), que distorce o volume das despesas totais na acumulação de capital.

Na Tabela 15 é apresentada a estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no Investimento Direto Estrangeiro (entradas líquidas de investimento) da economia angolana. Note-se que não foi possível estimar o modelo com os valores logaritmizados, logo só são apresentados os resultados do modelo utilizando os valores absolutos.

Tabela 15: Estimação do efeito da variação da taxa de câmbio no Investimento Direto Estrangeiro

Investimento Direto Estrangeiros, entradas líquidas (Valores absolutos)		
Variáveis	Coefficiente estimado	Significância estatística
Constante	2,074 (1,94)	
Taxa de câmbio	-0,022 (0,0073)	**
R quadrado		0,19
F(1,10)		9,56
nº de observações		12

Notas: ** indica um nível de significância estatística a 5%.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e INE de Angola

Os resultados constantes na Tabela 15 indicam que com um nível de significância de 5%, ou seja, com 95% de confiança, uma variação de mais um kwanza em troca de um dólar americano (ou seja uma depreciação da moeda medida em valores absolutos) fez diminuir o Investimento Direto Estrangeiro (entradas líquidas) em cerca de -0,022 unidades monetárias – a depreciação da moeda não torna a economia angolana mais atrativa para o investimento direto estrangeiro. Neste caso considera-se que o coeficiente de determinação indica que estas variações na taxa de câmbio explicam apenas 19% das variações ocorridas no Investimento Direto Estrangeiro, ou seja, O IDE é, essencialmente, por variáveis não incluídas neste modelo. A taxa de câmbio não explica de forma muito significativa as variações que ocorrem no IDE que é realizado em Angola. Um estudo desenvolvido por Moura (2014) permite entender que a taxa de câmbio provoca efeitos nas decisões empresariais e no crescimento económico. Este resultado não é evidente na economia angolana. A taxa de câmbio em Angola medida ao incerto, agrega questões de risco e a incerteza, podendo levar o investidor estrangeiro a mudar de decisão por motivos não relacionados diretamente com a taxa de câmbio. A decisão de investimento deve também partir da exposição dos sectores à concorrência internacional (Atella et al., 2003). Sabe-se que o governo está a implementar medidas e reformas que se estendem no contexto nacional e internacional, que visam melhorar o ambiente de negócios e atrair o investimento estrangeiro ao país.

Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

A queda do preço do petróleo teve um impacto muito forte na economia angolana. Tendo esse impacto económico como ponto de partida, poucos estudos foram desenvolvidos sobre a relação entre taxa de câmbio, investimentos público e privado. Os investimentos públicos, privados e a taxa de câmbio desempenham um papel importante no crescimento e desenvolvimento do país. Nota-se que o governo depois do conflito interno, enfrenta uma tarefa árdua, mas necessária de reconstrução e expansão das suas infraestruturas. Apesar de elevados níveis de despesa que se tem realizado nos sectores chaves, a taxa de crescimento dos investimentos públicos em Angola é baixa. As constatações verificadas relativamente à eficácia do sistema de gestão dos investimentos públicos em Angola mostram uma grande deficiência devido os riscos de corrupção e infrações conexas. Pode se constatar que os investimentos públicos ainda são insuficientes para satisfazer as necessidades básicas na maioria das regiões. No entanto, a implementação do SIPIP pode ser o caminho para ajudar a avaliar, controlar e inspecionar todos os bens públicos.

Sendo assim, a seleção de variáveis neste trabalho procurou, através de modelos de regressão linear simples (ou seja, utilizando apenas como variável explicativa a taxa de câmbio), quantificar, analisar, explicar e discutir estatisticamente se existe uma relação entre a taxa de câmbio e o investimento público (medido pela variável investimento líquido em ativos não financeiros) e privado de Angola, numa perspetiva da gestão do investimento público. Conhecendo-se o que se passou no período de 2008 a 2019, atendendo aos dados estatísticos disponibilizados pelo Banco Mundial e pelo INE-Angola, pode promover-se uma atividade empresarial mais robusta no futuro e realizar uma melhor gestão do investimento privado e público na economia.

Os resultados obtidos na análise descritiva, relativamente à taxa de crescimento médio no período permitem verificar que existiu um crescimento das variáveis em estudo - PIB medido em paridade do poder de compra, investimento líquido em ativos não financeiros, taxa de câmbio oficial (unidade de moeda local em relação ao dólar americano), reservas totais (incluindo ouro), despesas gerais do consumo final do governo, e número de empresas oficialmente existentes na economia. Relativamente ao PIB *per capita* a economia angolana observou uma regressão de 1,49 %. A variável taxa de câmbio e o número de empresas foram as que mais cresceram, registando valores de 15,46% e 8,61%. Comparativamente para o IDE, a economia angolana registou um crescimento muito negativo (de -208,35%). Para finalizar a análise descritiva, as variáveis que medem as reservas totais (% da dívida externa total) e de despesa total, também mostraram um crescimento médio decrescente, no período em análise, de (-12,82%) e (-4,57%), respetivamente.

Relativamente aos dados da correlação de Pearson é possível concluir que, por um lado muitas variáveis se correlacionam entre si, de forma forte ou moderada podendo ser ou não estatisticamente significativas. Sendo que neste trabalho se analisa o efeito das taxas de câmbio, refira-se que a variável que mede o número de empresas registadas e a taxa de câmbio oficial tem uma correlação positiva forte de (0,93) para um nível de significância estatística de 1%. Já as variáveis PIB *per capita* e a taxa de câmbio têm uma correlação negativa forte de -0,87 para um nível de significância estatística de 1%. O mesmo acontece para as variáveis, despesa total do governo e taxa de câmbio - estas correlacionam-se de forma negativa forte com um valor de -0,87 e um nível de significância estatística de 1%. Também as variáveis, taxa de câmbio e investimento líquido em ativos não financeiros correlacionam-se de forma negativa moderada, com um valor de -0,68, ao nível de significância de 5%. Por fim, as variáveis que medem o PIB em paridade do poder de compra, IDE, entradas líquidas, reservas totais (incluindo ouro) correlacionarem com a taxa de câmbio de forma moderada, mas não apresentam significância estatística.

Já os resultados da análise da estimação dos modelos OLS, mostraram o efeito estimação da taxa de câmbio nos indicadores dos dados da economia angolana que podem influenciar os investimentos públicos e privado através das variáveis consideradas mais relevantes no presente estudo como, o PIB *per capita*, Investimento líquido em ativos não financeiros (investimento público), número de empresas, reservas totais e despesas gerais e totais do setor público. Independentemente de como as variáveis são medidas, existem evidências estatísticas que permitem afirmar que existe uma relação entre a taxa de câmbio e o investimento público e privado

de Angola – se a depreciação da moeda afeta negativamente o PIB per capita, parece ter um efeito positivo, embora residual, na riqueza gerada pela economia e medida em paridade do poder de compra. Por outro lado, se parece ter um efeito positivo, embora praticamente residual, no número de empresas registada, apresenta um efeito negativo quer na despesa geral e total pública realizada na economia e no investimento público (ou seja, no Investimento Líquido em ativos não financeiros). A depreciação da moeda também apresenta um efeito negativo na evolução do IDE, medido em valores absolutos.

A limitação mais importante do presente estudo consiste na dificuldade de obtenção de informação documental sobre o estado económico de Angola, sendo que as poucas fontes de acesso foram artigos, jornais, documentos públicos disponibilizados pelo governo e que se tem a perceção de serem insuficientes para uma análise mais rigorosa da economia angolana. Outra limitação deve-se ao facto de existir uma escassez e uma dificuldade de acesso a dados estatísticos fiáveis e rigorosos – o Banco Mundial apresenta dados fiáveis, mas não possui informação para muitas variáveis de interesse, especificamente aquelas que se referem em particular a investimento público. Mesmo quando existe alguma informação esta limita-se a um ou dois períodos os que não permite uma análise longitudinal dos dados através de regressões OLS. Desta forma, as principais linhas de investigação futuras, levando em conta o trabalho agora realizado, podem passar por desenvolver trabalhos mais completos sobre a economia angolana, acrescentados indicadores económicos como, por exemplo, a inflação, a taxa de juro, o comércio internacional ou informação sobre a balança de pagamentos. Também se sugere a realização de estudos que comparem economias emergentes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, nomeadamente utilizando os dados disponibilizados pelo Banco Mundial e que podem ser comparáveis entre economias.

Referências Bibliográficas

- A1V2. (2019). *Reabilitação e Ampliação do Porto do Lobito*. https://www.a1v2.pt/wp-content/uploads/2019/02/pt_Reabilitacao-e-Ampliacao-do-Porto-de-Lobito.pdf
- A1V2. (2020). *Reabilitação da Rede Ferroviária de Angola*. <https://www.a1v2.pt/portfolio/reabilitacao-da-rede-ferroviaria-de-angola/>
- Afonso, A., & Aubyn, M. (2009). Macroeconomic rates of return of public and private investment: Crowding-in and Crowding-out. *The Manchester School Supplement*, 864, 21-39 <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2150/1/ecbwp864.pdf>
- Agência Lusa. (2017, 22 de Agosto). Angola contrata chineses para manutenção de 1.700 quilómetros da linha ferroviária. *Observador*. <https://observador.pt/2017/08/29/angola-contrata-chineses-para-manutencao-de-1-700-quilometros-da-linha-ferroviaria/>
- Andrade, J., & Duarte, A. (2014). Efeitos crowding-in e crowding-out dos investimentos públicos e privados na economia portuguesa. *Boletim de Ciências Económicas*, 57(1). https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-1_9
- ANEME (2016). Enquadramento socioeconómico, perspetiva do país e potencialidades de parceria/Portugal. https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/09/Estudo_Identificacao_Potenciais_Investidores_Angola.pdf
- Araújo, E. (2009). Nível do câmbio e crescimento económico: teoria e evidências para países em desenvolvimento e emergentes-1980-2007. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Texto para discussão nº 1425*. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1425.pdf
- Atella, V., Atzeni, G., & Belvisi, P. (2003) Investment and exchange rate uncertainty. *Journal of Policy Modeling*, 25, 811-824. [https://doi.org/10.1016/S0161-8938\(03\)00074-7](https://doi.org/10.1016/S0161-8938(03)00074-7)
- Bahmani-Oskooee, M., & Hajilee, M. (2013) Exchange rate volatility and its impact on domestic investment. *Research in Economics*, 1(61), 1–12.
- Banco Mundial (World Bank, 2022). *The World Bank: About us*. <https://data.worldbank.org/about>
- Bank for International Settlements [BIS] (2003). Regional currency areas and the use of foreign currencies, *BIS Papers*, 17. <https://www.bis.org/publ/bppdf/bisap17.pdf>
- Benmaamar, M., Arroyo, F., & Eduardo, N. (junho de 2020). Angola road sector public expenditure review. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33804/Angola-Road-Sector-Public-Expenditure-Review.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Bessa, S. J. D. (2014). *O Sistema Eleitoral Angolano: A Consolidação Democrática Através da Garantia De Eleições Livres*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/624/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Sebasti%C3%A3o%20Bessa.pdf>

- Botão, A., & Matos, J. (2019). A importância do investimento privado no setor da educação em Angola. *Kitambo Business Consulting [KBC]*. <https://kbc.co.ao/wp-content/uploads/2019/07/EDUCAÇÃOv3.pdf>
- Cordoba, C., Andrés, L., Costa, L., & Fenwick, C. (2018). *Diagnóstico do sector de Água, Saneamento e Higiene em Angola: um apelo urgente à ação*. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/962221620627513687/pdf/Synthesis-Report.pdf>
- Correia, L., & Santis, L. (2016, 14 de setembro). *A Importância de um Bom Ambiente de Negócios. Liga de Mercado Financeiro*. <http://www.lmfunesp.com.br/page/148>
- Correia, L., Bastos, E., Lemos, F., & Catarino P. (2018, 16 de Abril). *Investimento público*. <https://medium.com/@isegjbc/investimento-público-7561b633c4f3>
- Curtis, E., Comiskey, C., & Dempsey, Orla. (2016). Importance and use of correlational research. *Nurse Researcher*, 23(6), 20-25. <https://www.doi.org/10.7748/nr.2016.e1382>
- Dabla-Norris, E., Brumby, J., Kyobe, A., Mills, Z., & Papageorgiou, C. (2012). Investing in public investment: an index of public investment efficiency. *Journal of Economic Growth*, 17(3), 235-266. <https://doi.org/10.1007/s10887-012-9078-5>
- Danmola, R. (2013). The Impact of Exchange rate Volatility on the Macro Economic variable in Nigeria. *European Scientific Journal*, 9 (7), 152-165. <https://doi.org/10.19044/esj.2013.v9n7p%25p>
- Direção Nacional do Orçamento do Estado [DNOE] (2021). Orçamento Cidadão. Ministério das Finanças. Angola. <http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4x/mzgw/~edisp/minfin1380413.pdf>
- Duce, M., & Banco de España (2003). *Definitions of Foreign Direct Investment (FDI): a methodological note*. <https://www.bis.org/publ/cgfS22BDe3.pdf>
- Edo, S., & Kanwanye, H. (2020). Capital returns and currency value: The contrasting key drivers of foreign portfolio investments in Sub-Saharan African economies. *IIMB Management Review-journal* Pre-proof. <https://doi.org/10.1016/j.iimb.2022.06.001>
- Ernesto, A., & Capilo, G (2019). A economia informal em Angola: Caracterização do trabalho informal. *Open Society initiative for South Africa*. <https://osisa.org/wp-content/uploads/2019/03/Informal-Economy2.pdf>
- Frieden, J. (2015). *Currency Politics: The political Economy of Exchange Rate Policy*. Princeton University Press.
- Fundo das Nações Unidas para Infância [UNICEF] (2018a). *Água e saneamento no OGE de 2017*. <https://www.unicef.org/angola/media/946/file/Água%20e%20Saneamento%20no%20OGE%202017.pdf>

- Fundo das Nações Unidas para Infância [UNICEF] (2018b). investimentos nas crianças e nas famílias: Análise da proposta de orçamento geral do estado de 2019. <https://www.unicef.org/angola/media/1651/file/Folheto%20-%20Análise%20do%20Orçamento%20Geral%20do%20Estado%202019.pdf>
- Gadanecz, B., & Mehrotra, B. (2013) The exchange rate, real economy, and financial markets. *BIS Paper*. 73(b), 11-23. https://www.bis.org/publ/bppdf/bispap73b_rh.pdf
- Gujarati, D. (2003). *Basic Econometrics* (4th ed.). McGraw-Hill.
- Harchaoui, T., Tarkhani, F., & Yuen, T. (2005). The Effects of the Exchange Rate on Investment: Evidence from Canadian Manufacturing Industries. *Working paper*. <https://www.bankofcanada.ca/wp-content/uploads/2010/02/wp05-22.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística de Angola [INE-Angola] (2022). O INE. <https://www.ine.gov.ao/inicio/ine>
- International Monetary Fund [IMF] (2018a). *IMF Executive Board Concludes 2018 Article IV consultation with Angola*. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/05/21/pr18189-imf-executive-board-concludes-2018-article-iv-consultation-with-angola>
- International Monetary Fund [IMF] (2018b). Consultas de 2018 ao Abrigo do Artigo IV – Comunicado de Imprensa. *Relatório do Corpo Técnico e Declaração do Administrador do FMI para Angola*. <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/CR/2018/Portuguese/cr18156p.ashx>
- International Monetary Fund [IMF] (2019). *Angola: Promoting Sustained, Inclusive Growth and Reducing Oil Dependency*. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2019/12/13/na121319-angola-promoting-sustained-inclusive-growth-and-reducing-oil-dependency>
- Jensen, S. K. (Setembro, 2018). *Angola's Infrastructure Ambitions Through Booms and Busts Policy, Governance and Reform*. *The royal institution of international affairs*. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2018-09-14-angola-infrastructure-ambitions-kirk-jensen-final.pdf>
- Johnston, J., & DiNardo, J. (2001). *Métodos econométricos*. (4.ª ed.). McGraw-Hill.
- Jornal Mwangolé (Julho, Agosto, Setembro, 2008) (online). *Especial Eleições Legislativas 2008. Edição dos serviços de imprensa da embaixada de Angola em Portugal*. <http://www.embaixadadeangola.pt/wp-content/uploads/2013/11/Mwangole-09.pdf>
- Jover, E., Pinto, A., & Marchand, A. (2012). *Angola: Perfil do Sector Privado do País*. https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports-_Shared-With-OPEV_/Angola%20-%20Private%20Sector%20Country%20Profile%20-%20Portuguese%20Version.pdf
- Lariuau, A., Said, M., & Takebe, M. (2016). An Assessment of the Exchange Rate Pass-Through in Angola and Nigeria. *International Monetary Fund*. <https://doi.org/10.5089/9781475537529.001>

- Lopes, C. (2006). Candongueiros, Kinguilas, Roboteiros e Zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda. *Périphéries des villes, périphéries du monde*, XIII (1), 163-183. <https://journals.openedition.org/lusotopie/1505?lang=en>
- Lopes, C. (2014). A economia informal em Angola: breve panorâmica. *Revista Angolana de Sociologia*, 14(1), 61-75. <https://doi.org/10.4000/ras.1094>
- Luporini, V., & Alves, J. (2010). Investimento privado: Uma análise empírica para o Brasil. *Economia e Sociedade*, 19(3), 449-475.
- Massano, J (2020). *Os caminhos do desenvolvimento do sistema financeiro angolano*. <https://www.bna.ao/uploads/%7B0fbe241f-d8ab-4f81-ac91-1e13dfe75d09%7D.pdf>
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia [MOE UE] (2008). *Angola: Relatório Final, Eleições Parlamentares*. <https://aceproject.org/ero-en/regions/africa/AO/angola-final-report-parliamentary-elections-eu-1>
- Moura, S (2014). *A relação entre a taxa de câmbio, investimento direto estrangeiro e taxa de juros* [Dissertação de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9444>
- Muechi, A. M. M. (2016). *Infraestrutura e desenvolvimento económico: O caso Porto do Lobito*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Portucalense. <http://repositorio.uportu.pt/xmlui/bitstream/handle/11328/1692/TMF%20112.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Muhammad, S., Azu, N., & Oko, N. (2018). Influence of Real Exchange Rate and Volatility on FDI Inflow in Nigeria. *International Business Research*, 11(6), 73-82. <https://doi.org/10.5539/ibr.v11n6p73>
- Muzima, J. (2018). *Angola. African Economic Outlook*. https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/country_notes/Angola_country_note.pdf
- Nunes, C., & Júlio, P. (2010). A promoção do Investimento. GEE - *Gabinete de Estratégia e Estudos*. https://www.gee.gov.pt/pt/?option=com_fileman&view=file&routed=1&name=Análise%2021%2010.pdf&folder=estudos-e-seminarios/artigos&container=fileman-files
- Ogum, O., Egwaikhide, F., & Ogunleye, E. (2012). Real Exchange Rate and Foreign Direct Investment in Sub-Saharan Africa Some Empirical Results. *Economía Mexicana Nueva Época*, XXI(1), 175-202. [http://www.economiamexicana.cide.edu/num_anteriores/XXI-1/06_EM_Exchange\(175-202\).pdf](http://www.economiamexicana.cide.edu/num_anteriores/XXI-1/06_EM_Exchange(175-202).pdf)
- Oliveira, M., & Artmann, E. (2009). Regionalização dos serviços de saúde: desafios para o caso de Angola. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(4), 751-760. <https://www.scielo.br/j/csp/a/xVdw4mkHSqxPzGmB4TL6VGH/?format=pdf&lang=pt>

- Omankhanlen, A. (2011). The Effect of Exchange Rate and Inflation on Foreign Direct Investment and Its Relationship with Economic Growth in Nigeria. *Economics and Applied Informatics*, 1, 5-16. <http://eprints.covenantuniversity.edu.ng/1896/1/Alex%201.pdf>
- Organização Mundial do Trabalho [OIT] (2014). Transição da economia informal para economia formal. *Conferência Internacional do Trabalho*. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709410.pdf
- Pereira, A (2013). *Os investimentos Públicos em Portugal*. Relógio D'água.
- Pereira, L. (2012). A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. *Estudos avançados*, 26(75). <https://www.scielo.br/j/ea/a/zw6dSLHN6LyG3LmtnH6jRFn/?format=pdf&lang=pt>
- Pestana, N. (2003). *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Centro de Estudos Africanos - ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7890/1/cea_op_pestana_dinamicas-1.pdf
- Peters, I., Ndugbu, M., & Emeka, O. (2017). Empirical Regularities of Nigeria's Foreign Private Portfolio Investment Return and Volatility. *Archives of Business Research*, 5(11), 108-122. <https://journals.indexcopernicus.com/api/file/viewByFileId/284025.pdf>
- Pinto, P. (2008). Os dias da História. Assinatura do Acordo de Alvor. <https://ensina.rtp.pt/artigo/assinatura-do-acordo-de-alvor/>
- Pushak, N., & Foster, V (2011) As Infraestruturas em Angola: Uma Perspectiva Continental. Banco Mundial e Banco Internacional para a Reconstrução. https://library.pppknowledgelab.org/attached_files/translations/60/original/AICD-Angola-Relatorio-Nacional.pdf?1466558336
- Rocha, A. (2008, 22 de Maio). *Investimentos, Sistemas Fiscais e desburocratização: Algumas Indicações para Angola*. <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/01/investimentos.pdf>
- Rocha, A. (2014, novembro). As Perspetivas de Crescimento Económico de Angola até 2020. *CEIC. Working Paper n° 2*. <https://silo.tips/download/as-perspectivas-de-crescimento-economico-de-angola-ate-2020>
- Rocha, M., Curado, M., & Damiani, D. (2011). Taxa de câmbio real e crescimento económico: uma comparação entre economias emergentes e desenvolvidas. *Revista de Economia Política*, 31(4), 528-550
- Rodrigues, N. (2020, Dezembro 18). Reforma da política cambial afunda valor do Kwanza e penaliza famílias e empresas. *Expansão*. <https://expansao.co.ao/angola/interior/reforma-da-politica-cambial-afunda-valor-do-kwanza--e-penaliza-familias-e-empresas-99082.html>
- Sakyi, D., Micheal Kofi, B., & Mustapha, I. (2016): Does financial development drive private investment in Ghana? *Economies*, 4(4) 27, 1-12. <https://doi.org/10.3390/economies4040027>

- Santos, S. F. (2017). *Determinantes do investimento direto estrangeiro: uma perspectiva institucional*. [Dissertação de Mestrado]. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/46530/1/Sylvia%20Ferreira%20dos%20Santos.pdf>
- Saunders, A., & Cornett, M. (2007). *Financial Institutions Management: A Risk Management Approach* (6th ed.). McGraw-Hill Editions.
- Sayeh, A. (2016, Junho). Sub-Saharan Africa's economies face severe strains and must take action to reignite sustainable growth. *Finance & Development*, 12-13. <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/FD-2016-06.pdf>
- Schwab, K. (2019). *The Global Competitiveness Report*. World Economic Forum. https://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf
- Serviço Nacional da Contratação Pública [SNCP] (2019). Gestão de risco de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos: *Guia prático de prevenção*. <http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdu3/~edisp/minfin057404.pdf>
- Silva, N. (2020, 28 de dezembro). UE apoia Conversão da economia informal angolana. Euronews. <https://pt.euronews.com/2020/12/28/ue-apoia-conversao-da-economia-informal-angolana>
- Vieira, F., Holland, M., Silva, C., & Bottecchia, L. (2013). Growth and exchange rate volatility: a panel data analysis. *Applied Economics*, 45(26), 3733–3741. <http://dx.doi.org/10.1080/00036846.2012.730135>
- Wiafe, A., Barnor, C., & Quaidoo, C. (2015). Oil price shocks and domestic private investment in Ghana. *Journal of Economics and Sustainable Development*, 6(22), 1-7. <https://www.iiste.org/Journals/index.php/JEDS/article/view/27343/28033>
- Wooldridge, J. (2006). *Introductory Econometrics – A Modern Approach* (3rd ed.). South Western, International Student Edition
- World Bank (2018). *Angola Social Protection Public Expenditure*. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/343571531389943002/pdf/SPL-PER-Angola-May-23.pdf>
- World Bank Group (2020a). *Doing Business - Comparing Business Regulation in 190 Economies*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/32436/9781464814402.pdf>
- World Bank Group (2020b). *Doing Business - Comparing Business Regulation in 190 Economies: Angola*. <https://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/country/a/angola/AGO.pdf>
- World Bank (2013). *Lançamento Público do Angola Economic Update do Banco Mundial*. <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2013/06/20/launching-of-the-world-bank-s-angola-economic-update>

- World Bank (2014). *Angola Economic Update*, 2. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/573301468194064311/pdf/AUS67940ESW0P100Portuguese0version.pdf>
- World Bank (2020a). *Angola: Aspectos Gerais*. <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>
- World Bank (2020b). *Base de Dados: Angola*. <https://data.worldbank.org/country/angola?view=chart>
- World Bank Group (2018). *Angola: Systematic Country Diagnostic. Creating Assets for The Poor*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31443/angola-scd-03072019-636877656084587895.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- World Bank Group (2019). *Country private sector diagnostic: Creating markets in Angola Opportunities for Development Through the Private Sector*. <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/454d71e2-c965-4951-83b1-ae469d9f1e67/201905-CPSD-Angola-English.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mGZbB7f>
- Yusoff, M., & Nulambeh, N. (2016). Exports, Imports, Exchange rates, Gross domestic investment and Growth: Empirical Evidence from Cameroon. *International Journal of Economics and Business Management*, 2(8), 18-32. <http://irep.iium.edu.my/52818/>